

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Sobre as Mulheres – As Mulheres na Sociedade e na Cultura, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Isabel Baltazar e Professor Doutor Hermenegildo Ferreira Borges.

*Às Mulheres,
do passado, presente e futuro,
que lutaram, fazem
e decidirão os seus próprios destinos*

AGRADECIMENTOS

Elaborar uma dissertação de mestrado assemelha-se a uma longa e árdua travessia no deserto, em que nos afastamos do mundo quotidiano e nos embrenhamos numa investigação apaixonante, mas também esgotante. A somar, as condições de estudante-trabalhador acentuam a «dureza» desta travessia. A investigação é, portanto, um fruto próprio, que se vai construindo com sacrifícios e dedicação.

Não seria justo, no entanto, afirmar que essa longa travessia é solitária. Muito pelo contrário. Apesar de o trabalho e investigação serem de responsabilidade unicamente individual, pela sua finalidade académica, existiram diversos contributos, de distintas naturezas, que devem ser reconhecidos.

Em primeiro lugar, um especial agradecimento aos meus orientadores científicos, a Professora Doutora Isabel Baltazar e o Professor Doutor Hermenegildo Ferreira Borges. Mais do que uma fonte de orientação e acompanhamento ao longo de toda a travessia no deserto, ambos foram um oásis de esperança e encorajamento. A sua disponibilidade e, ousado dizê-lo, amizade, foram um apoio académico e pessoal indispensável ao longo de toda a longa jornada, que termina na publicação da presente dissertação. Não poderia deixar de agradecer a disponibilidade e acompanhamento que ambos me proporcionaram na preparação desta tese de mestrado.

Agradeço também, de forma vincada, à Deputada Ilda Figueiredo, à Deputada Graça Carvalho e ao Deputado Carlos Coelho, pela disponibilidade imediata que demonstraram ao aceitarem ser entrevistados, pela simpatia e pelo contributo que deram à investigação. Em particular, um reconhecimento à Deputada Ilda Figueiredo, pela paixão no seu discurso e na defesa dos direitos das mulheres; à Deputada Graça Carvalho, pela chamada de atenção para as discrepâncias de género no mundo científico; ao Deputado Carlos Coelho, pela contribuição em termos de direitos humanos e do próprio funcionamento do Parlamento Europeu.

Ao João, os agradecimentos nunca serão suficientes para expressar todo o apoio que me deu, ao longo da travessia. As palavras de conforto, os conselhos, as leituras da dissertação e a paciência para os desabafos foram tão importantes como toda a investigação individual que realizei. Sem esta base emocional, não teria conseguido.

Também uma palavra de agradecimento à Carla, à Nélia e à Sofia, o eterno triunvirato. Foram autênticas fontes de apoio e sabedoria, o seu incentivo foi essencial. E à Inês e ao Daniel,

por me terem dado toda a força e me terem levantado do chão, nas alturas em que estive perto de abandonar este sonho. A todos os amigos com quem desabafei, a quem pedi conselhos e falei até mais não desta investigação, um especial agradecimento, por estarem lá.

E, por fim, à minha família, por me terem sempre apoiado para que eu seguisse os meus sonhos, por nunca terem delineado caminhos à partida. E um maior agradecimento à minha «maninha», pela compreensão pelo pouco tempo que lhe pude dedicar ao longo dos últimos meses, pelas alegrias que me foi dando em alturas de maior preocupação académica e por, no alto da sabedoria dos seus 10 anos, ter-me acompanhado nesta travessia, sentando-se a meu lado e incentivando-me a continuar.

A todos eles devo esta conquista. Obrigada!

Visibilidades femininas na *polis* europeia – influência e identidade de género na tomada de decisão das eurodeputadas e eurodeputados portugueses

Marisa Sofia Vitorino de Figueiredo

RESUMO

A presente dissertação tem como objectivo traçar um retrato da presença feminina portuguesa no Parlamento Europeu, problematizando a influência do género na tomada de decisão parlamentar. Partindo de um enquadramento sociológico em torno da questão da identidade contemporânea e da forma como o género se constitui como categoria identitária de escolha política – ao invés de categoria essencialista –, o trabalho aborda também a evolução do movimento feminista e o seu contributo para uma maior visibilidade feminina, assim como a relação entre política e questões de género.

De forma empírica, foram analisadas as declarações de voto dos 22 eurodeputados portugueses presentes na legislatura 2009-2014, ao longo dos primeiros dois anos de trabalho parlamentar. Através destas fontes, pretendeu-se investigar de que forma o género contribui para uma maior visibilidade de questões ligadas à paridade entre sexos. Com vista a analisar a problemática, parte-se da hipótese de o género dos eurodeputados ter uma especial influência na sua tomada de decisão e estratégia de visibilidade de determinados dossiers políticos, como é o caso dos temas ligados a questões de género.

PALAVRAS-CHAVE: Parlamento Europeu, identidade de género, eurodeputadas portuguesas, declarações de voto

ABSTRACT

The current dissertation has the purpose of characterizing the women's participation among the Portuguese MEPs, while questioning the gender influence in decision-making processes. The investigation's theoretical framework is set in a sociological perspective that highlights the contemporary concept of identity, but also the ways by which gender becomes a identity category of political choice – as opposed to an essentialist perspective of identity. This

thesis takes also in account the evolution of women's movements and its contribution towards a wider women's visibility, as well as the links between gender and politics.

We analyzed the vote declarations of the 22 Portuguese MEPs elected in the current parliamentary term (2009-2014), over the first two years of work. The aim is to investigate how the MEPs' gender contributes to a greater visibility of issues related to gender equality.

KEYWORDS: European Parliament, gender identity, Portuguese MEPs, vote declarations

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I: Identidade e Género	6
I. 1. Mulher ou mulheres: o género como identidade e como factor político.....	10
Capítulo II: Feminismo e Feminismos	18
II. 1. O caso português: ditadura e excepções	23
II. 2. «A terceira mulher»	24
Capítulo III: A esfera política e visibilidades femininas	26
Capítulo IV: Parlamento Europeu – espaço neutro ou genderizado	32
IV. 1. Possibilidades de repensar o género no espaço político europeu.....	33
Capítulo V: Feminismos e política formal - o espaço da(s) mulher(es) nos partidos políticos modernos	38
Capítulo VI: Metodologias	46
VI. 1. Técnicas, fontes e temas	47
VI. 2. Visibilidades femininas: apresentação de dados	49
VI. 2. 1. Temas e conteúdos das declarações de voto.....	53
VI. 3. 1. A presença portuguesa no PE, na primeira pessoa.....	59
Conclusões	63
Bibliografia	67
Lista de Tabelas	71
Lista de Figuras	76
Apêndice A: Entrevistas	80

LISTA DE ABREVIATURAS

ALDE – Aliança de Liberais e Democratas para a Europa

BE – Bloco de Esquerda

CDS-PP – Centro Democrático e Social-Partido Popular

CRE – Conservadores e Reformistas Europeus

FEMM - Comissão Parlamentar para os Direitos das Mulheres e Igualdade de Género

EFD – Europa da Liberdade e Democracia (sigla em inglês)

GUE – Esquerda Unitária Europeia (sigla em inglês)

IVG – Interrupção Voluntária da Gravidez

PCP – Partido Comunista Português

PE – Parlamento Europeu

PP-AP – Partido Popular- Aliança Popular

PPE – Partido Popular Europeu

PS – Partido Socialista

PSD – Partido Social-Democrata

PSOE – Partido Socialista Operário Espanhol

S&D – Socialistas&Democratas

UE – União Europeia

Introdução

Desde as primeiras reivindicações feministas, inseridas numa vaga inicial do movimento social, que a fraca (ou inexistente) representação das mulheres nos centros de decisão política foi ponto de protesto. Primeiro, numa relação com as exigências de cidadania e de base legítima de intervenção política, através da reivindicação do direito ao voto. Mas, num segundo plano, a problematização (e conseqüente reivindicação) da presença feminina nos lugares de decisão tem marcado a discussão da paridade de géneros e é até, actualmente, um indicador social na avaliação do grau de “democratização” e direitos humanos de determinado país. Não obstante, a participação de mulheres nos parlamentos nacionais continua aquém da presença masculina, assumindo resultados ainda mais negativos noutros centros de decisão de topo (governos ou órgãos dirigentes de partidos políticos, por exemplo).

Em 392 a.C., o dramaturgo grego Aristófanes, referência incontornável da comédia na Grécia Antiga, apresentou a peça *As mulheres na Assembleia* (também chamada de *Assembleia de Mulheres*). Nesta, a ateniense Praxágora e as restantes «conspiradoras» disfarçam-se com barbas, roupas de homem e bengalas e dirigem-se à assembleia, reservada aos cidadãos atenienses (excluindo-se mulheres, escravos e «estrangeiros»), com uma estratégia: transferir, por voto legal, o poder da cidade para as mulheres. O que poderia ser considerado, de forma descontextualizada, como um avanço na reivindicação de direitos das mulheres na *polis* ateniense, é apenas mote para uma comédia, que mostra a forma como a participação das mulheres nos centros de decisão foi vista ao longo de vários séculos. «Numa época em que se davam os primeiros passos para a emancipação da mulher, é difícil considerar séria esta proposta feminista. Para o público que a escutava não passava afinal de uma boa piada a ideia de colocar o destino de Atenas nas mãos das recatadas e ignorantes donas de casa» (Sousa e Silva, 1986, p. 151).

Passados cerca de 2400 anos desde a peça de Aristófanes, a paridade entre géneros na política ainda não foi alcançada. Segundo dados da União Inter-Parlamentar¹, apenas dois países no mundo têm uma percentagem de mulheres nos parlamentos nacionais superior a 50 por cento (Ruanda e Andorra, com 56,3% e 53,6%, respectivamente). Em termos globais, a percentagem de

¹ Dados relativos a 31 de Agosto de 2011 e disponíveis para consulta no sítio da União Inter-Parlamentar, em <http://www.ipu.org>

mulheres nos parlamentos nacionais é de 19,3%, sendo ainda mais baixa quando se analisa exclusivamente as câmaras altas em parlamentos com duas câmaras (18,4%).

Não obstante, as pressões da sociedade civil e o progresso feito, ao longo do século XX, em termos de emancipação da mulher, acabaram por tornar esta sub-representação feminina num factor publicamente condenável na sociedade ocidental. A paridade entre homens e mulheres tornou-se mais uma vertente da categoria do «politicamente correcto», como nota Lipovetsky, e portanto o discurso oficial vai no sentido de promover estratégias de paridade e retirar barreiras à presença de mulheres nos órgãos de decisão política. A implementação de eleições directas para o PE em 1979 é um dos exemplos de mudanças estruturais para fomentar a maior visibilidade e presença feminina na esfera política. A introdução do mecanismo de quotas mínimas para qualquer dos géneros nas listas eleitorais de cada partido tem sido outra das políticas adoptadas. Em Portugal, esta quota é de 33,3%.

Claro está que estes aspectos apenas dão conta de uma componente descritiva e quantitativa da participação das mulheres na vida política, analisando a questão de um ponto de vista de composição, por géneros, nos órgãos de decisão política. Um tema mais complexo – e de difícil análise – diz respeito à avaliação qualitativa dessa participação feminina e das formas como o género pode influenciar a tomada de decisão.

A presente dissertação visa problematizar, através de uma perspectiva sociológica, a influência do género no processo decisório das eurodeputadas e dos eurodeputados portugueses na presente legislatura do Parlamento Europeu, contribuindo também para o debate sobre a presença das mulheres na esfera política europeia. A hipótese teórica, à partida, passa por perceber se o género de cada eurodeputado pode influenciar o trabalho desenvolvido no seio do PE. Mas a investigação propõe-se também dar conta da presença quantitativa das eurodeputadas e da forma como a visibilidade das temáticas de género se cruza com a identidade de género das eurodeputadas e eurodeputados.

Há que reconhecer, no entanto, a instabilidade do género como categoria e o conceito múltiplo que as linguagens da política albergam. Como refere Footitt, «in a sense, we might argue now that rather than language being a domain of political life, it is politics itself which is composed of a variety of languages» (2002, 160). Neste sentido, como definir *a priori* que linguagens são marcadamente genderizadas e associadas a um dos géneros, especialmente num cenário tipicamente «de homens», onde os papéis de sociabilização são associados ao género masculino? Ou, em alternativa, como definir temas mais «femininos» ou «masculinos», que sirvam de base

para analisar a influência do género na produção parlamentar, quando a própria teoria feminista veio desmistificar a associação linear de uma voz ou de temas femininos (focando, em alternativa, vozes de mulheres com identidades próprias e individuais, que podem unir-se em função de objectivos comuns)? Daí que, na presente investigação, se tenha procurado estabelecer a influência do género em temas intrinsecamente ligados a questões de género. Ou seja, perceber de que forma um eurodeputado ou uma eurodeputada poderá contribuir para uma maior visibilidade política ligada a temas de género e de desigualdades entre homens e mulheres. E, caso essa visibilidade tenha lugar, quais os discursos e temas que a envolvem.

O objecto de estudo poderá ser questionado à luz de uma visão pós-moderna que advoga o fim da História, das ideologias e do próprio sujeito, mas também questionado pelas próprias correntes feministas, nascidas da sociedade civil e com olhar crítico em relação à política formal. O desígnio da dissertação está, por um lado, a revitalizar conceitos de identidade de género – apesar do estilhaçar das identidades categóricas contido no *self* contemporâneo –, mas também a valorizar o contributo da política formal para a visibilidade feminina e a influência dessa mesma identidade de género nos processos de política formal.

A respeito do fim das ideologias (e, conseqüentemente, da perda de importância pragmática do pluralismo político parlamentar), Freire ressalva que «não muito tempo após as teses sobre o «fim da ideologia», formuladas no final da década de 1950 e início da de 1960, assistiu-se ao aumento das revoltas estudantis (Maio de 1968, etc), dos movimentos pacifistas (contra a guerra do Vietname, o armamento nuclear, etc), dos movimentos cívicos (em defesa do ambiente, dos direitos dos negros, das mulheres, dos homossexuais e lésbicas, etc), todos eles geralmente associados ao aparecimento da chamada «nova esquerda» e, em reacção a esta, da «nova direita»» (2006, p. 32).

Por outro lado, a força destes movimentos sociais e da própria sociedade civil veio, de certa forma, esvaziar o poder da política formal. Querirá isto dizer que uma análise da produção de sentido político ancorada no Parlamento Europeu não dará conta das actuais forças de poder do espaço público? Pelo contrário, autores como Beck sublinham o carácter de negociação do Estado contemporâneo e a forma como os actores políticos estão em constante negociação com a sociedade civil. «Mais do que uma despolitização social, temos uma individuação da política», comenta Silveirinha (2004, p. 35). Ora, neste sentido, a lógica da influência identitária de cada eurodeputado e eurodeputada são conseqüentes, num raciocínio assumidamente reconhecido de

que as acções (e tomadas de decisão) não estão dissociadas de processos identitários, mas sim interligadas num de forma construtiva.

Os processos de construção do *self* tornam-se, aqui, um conceito-chave. A hipótese inicial da dissertação está intimamente relacionada com a assunção de uma identidade de género, que serve como elemento de influência à tomada de decisão. Contudo, a componente reflexiva da modernidade resultou na consciência da fragmentação de uma identidade categórica e de um reconhecimento do *self* construído socialmente em torno de múltiplas vertentes identitárias. Reconhecendo, exactamente, este pensamento sociológico contemporâneo, a identidade de género que serve como base de análise afasta-se de uma asserção categórica. O género não surge aqui como categoria essencialista, mas sim como projecto político e vertente escolhida pelos próprios indivíduos. O género não nasce como identidade pré-definida, mas poderá ser mobilizado, em prol de processos inconscientes e conscientes, como uma das múltiplas identidades políticas. É este, aliás, o tema do primeiro capítulo, que acompanha o percurso teórico em torno do conceito identitário, mas também a construção reflexiva e autónoma do género enquanto identidade.

«Pode parecer irónico que no momento em que descobrimos que não só determinados atributos identitários como a própria identidade é construída socialmente, organizemos a luta política dentro de uma categoria com a mesma designação. Mas isso não impede tentar que esta luta se renove numa tentativa de sair das dicotomias e encontrar formas relacionais no centro das problemáticas. [...] a identidade [...] pode também servir como uma forma de resistência face à dominação e exclusão» (Silveirinha, 2004, p. 53).

A este respeito, o segundo capítulo apresenta uma breve história dos movimentos feministas, divididos em três vagas principais. A resenha histórica serve como pista de enquadramento de uma possível identidade de género nos eurodeputados e eurodeputadas portuguesas.

Os três capítulos seguintes dizem respeito à visibilidade feminina na política, confrontando a participação das mulheres na esfera pública e traçando tendências da sub-representação verificada. A análise da contribuição específica do PE para a promoção das questões de género, especialmente através da comissão parlamentar para os Direitos da Mulheres, acabar por definir esta instituição europeia na visibilidade das questões de género, a nível mundial, e dar o mote para a sua caracterização como espaço genderizado. Residirá aqui a justificação para que seja este o espaço analisado nesta dissertação. A especificidade única do PE, como parlamento supranacional e respectiva atenção à questão do género, surge como oportunidade privilegiada

para estudar a visibilidade destes temas, ancorada à influência do género dos próprios actores políticos. No entanto, como se tratam de eurodeputadas e eurodeputados portugueses, interessa traçar o seu enquadramento político e a forma como, na óptica dos partidos que representam, são vistas as questões de género e a paridade entre homens e mulheres. Até porque o objecto deste trabalho, apesar de se ancorar num espaço de produção política formal, tem proximidades com a política nacional, que selecciona e sociabiliza os políticos portugueses que pertencerão à *polis* europeia.

Como forma empírica de analisar a hipotética influência do género na tomada de decisão política e, concretamente, na produção de temas/visibilidades associadas a questões de género, optou-se por estudar as declarações de voto realizadas no decorrer da presente legislatura (2009/2014). A somar a estes resultados, procurou-se perceber, pela própria voz dos eurodeputados e eurodeputadas, em entrevista, como vêem a participação das mulheres na esfera política e qual a influência do género nas suas tomadas de decisão. Até porque é esse contributo que permitirá perceber como «as identidades políticas criam-se e recriam-se dentro de estratégias conduzidas por actores identificáveis, com objectivos políticos precisos, objectivos esses que contêm também uma dimensão ética na medida em que envolvem a autonomia pessoal e colectiva, as definições de si e dos outros» (Silveirinha, 2004, p.54). Afinal, são estas as multiplicidades que compõem a acção política, as tomadas de decisão, as estratégias individuais dos actores políticos, mas também as visibilidades de questões de género no espaço da política formal – que terão também, incontornavelmente, uma componente «real», na sociedade e esfera privada.

Capítulo I: Identidade e género

Longe de consensos, o conceito da identidade é debatido desde a Antiguidade. Atravessada por dimensões sociológicas e psicológicas, a definição contemporânea de identidade reúne também implicações comunicacionais e políticas. Ser é ser-se perante si próprio, mas também perante o social envolvente, num espaço público e em resultado de processos de comunicação que permitem tanto a diferenciação perante o Outro, como processos de partilha identitária.

A propósito deste tema, a sociologia tende a apresentar dois tipos distintos de identidade: pessoal e social. «Por identidade social entendem-se as características que os outros atribuem a um indivíduo. [...] Ao mesmo tempo posicionam essa pessoa em relação a outros indivíduos com quem partilha os mesmos atributos» (Giddens, 2010, p. 29). Relacionada com os papéis sociais atribuídos no processo de sociabilização do indivíduo, a identidade social é múltipla e reflecte as variadas dimensões de vida. Ser é, no seu âmago, ser social. As identidades, múltiplas, permitem perceber a complexidade do indivíduo e colocá-lo na estrutura social que o define e para a qual ele é definido, através das inúmeras instâncias catalisadoras que existem na sociedade.

Por outro lado, a identidade pessoal, definida através do trabalho dos interaccionistas simbólicos, é motivada pela reflexividade do sujeito pós-moderno², ciente e auto-consciente. É este sujeito que cria as suas diferentes formas de sentido, através de experiências, escolhas e orientações.

Esta visão do sujeito e da identidade assume-se como um corte (ou uma evolução) em relação ao sujeito moderno do Iluminismo. A Era das Luzes, assumida, na visão da época, como a saída do ser humano da *menoridade*, entendeu a Razão como medida de todo o conhecimento e

² O conceito de pós-modernidade não é estanque, nem consensual. Enquanto alguns autores defendem que o pensamento contemporâneo se posiciona numa era pós-moderna, devido às tendências desconstrutivistas do pós-estruturalismo e da rejeição da modernidade iniciada pelo Iluminismo, há quem defenda o argumento de que o paradigma do pensamento actual se situa num período da modernidade auto-reflexivo. Ou seja, em que os problemas criados pela própria modernidade são analisados e problematizados.

Este debate epistemológico não é o tema desta dissertação de mestrado – e, portanto, não cabe à autora defender um dos argumentos em prol da corrente oposta. Não obstante, e relacionado com a evolução do conceito de identidade, torna-se necessário optar por uma das noções no decorrer da presente dissertação, por motivos de clareza discursiva. Optou-se por usar a nomenclatura do pós-modernismo, como forma de marcar a passagem do «eu» iluminista para o *self* contemporâneo, cujas diferenças serão posteriormente apresentadas no decorrer deste capítulo.

referência em todos os campos da experiência humana. Fruto desta perspectiva, o sujeito moderno tornou-se a categoria central do saber, cuja se identidade apresentava como una e imutável (e, conseqüentemente, como o único dado estável face ao devir do mundo). A frase “Penso, logo existo”, de Descartes, reflecte o Ego Cogito iluminista e o processo de autonomização da Razão.

No entanto, o conceito uno e racional da era iluminista sofreu o rude golpe do machado sociológico e psicanalítico do século XX, numa mutação tornada possível pela própria Modernidade (com a desintegração das estruturas tradicionais de comunidade, a objectivação do Eu e o fenómeno da Globalização). «A emergência da modernidade opera, pois, a primeira abordagem paradigmática do indivíduo como subjectividade mas, no seu interior, irão cruzar-se, tensionalmente, múltiplas linhas de construção da subjectividade que derivam das perdas do sentido de uma comunidade universal e das normas universalmente vinculativas e que, em seu lugar, instauram a necessidade de nos confrontarmos connosco próprios e com os problemas que afectam a nossa existência quotidiana» (Silveirinha, 2004, p. 25).

A partir de então, a reflexividade crescente na própria sociedade e nos indivíduos lançou um olhar diferente – mais complexo e problemático – perante as questões do Eu, da identidade e do sujeito, como nota Giddens. «A reflexividade da modernidade estende-se até ao núcleo do *self*. Posto por outras palavras, no contexto da ordem pós-tradicional, o *self* torna-se num *projecto reflexivo*. [...] Nos contextos da modernidade, em contraste, o *self* alterado tem de ser explorado e construído como parte de um processo reflexivo de ligação entre mudança pessoal e a mudança social»³ (Giddens, 1997, p.30).

Além disso, a psicanálise, em paralelo e muitas vezes de forma pioneira, lançou uma luz sobre um indivíduo movido, no seu estado primário, por pulsões, reprimidas desde a primeira infância pela cultura e pela sociedade. Os cruzamentos freudianos do *Ego*, *Superego* e *Id* mostram um indivíduo instável e ancorado num inconsciente muitas vezes inalcançável. A regulação da

³ Na sua análise à época contemporânea, Giddens defende que actualmente a humanidade está numa era de modernidade radicalizada e não propriamente numa era pós-moderna, uma vez que o paradigma social (forças, discursos e poderes) se mantém. Nesse sentido, o que é referido como “modernidade” nesta citação e em posteriores referências ao longo da tese, é enquadrado na definição anteriormente dada de pós-modernismo.

libido, de forma castradora, origina identidades antagónicas e, muitas vezes, inconscientes, dos quais o Eu – consciente – apenas tem uma pálida percepção.

Desta forma, a identidade revelou-se, afinal, uma construção em alteridade e não um dado individual adquirido e categórico. A identidade estabelece-se em relação ao Tu e ao Ele, multiplicando-se em relação aos vários sujeitos com os quais o Eu comunica e representa e dos quais pretende a coincidência entre o Eu-ideal e o Eu-real, numa apreensão pelo outro do que o *self* ambiciona ser.

A identidade do sujeito pós-moderno é, posto isto, social, múltipla e em conflito, num ser humano onde a racionalidade já não é marca das «luzes» da educação e do conhecimento, mas vista como o topo da árvore, onde as raízes e caule são marcas de fruições, instintos e emoções, que não são representadas conscientemente no Eu, tornando óbvio *O Erro de Descartes*, para fazer uso das palavras de António Damásio. Tal como o conceito de verdade imutável se estilhaçou, com Nietzsche, também o indivíduo perdeu a aura invencível de herói herculeano, estando agora num mundo de simulacros e baseando a sua identidade na objectivação do que o rodeia. Para Baudrillard, a sociedade pós-moderna traz a exacerbação do elemento distintivo do objecto, ao ponto de se tornar componente – signo – da construção da identidade que o indivíduo faz de si perante o Outro.

No processo de auto-reflexão identitária, dois processos se tornam evidentes. Por um lado, a multiplicidade de vertentes e de escolhas que acabam por definir a identidade pós-moderna. «Agora que os sinais tradicionais se tornaram menos determinantes, o mundo social confronta-nos com um estonteante leque de escolhas acerca de quem devemos ser, como viver e o que fazer – sem oferecer grandes orientações acerca das selecções a fazer. As decisões que tomamos no quotidiano – acerca do que vestir, como agir ou como ocupar o tempo – ajudam-nos a tornar-nos quem somos» (Giddens, p. 30). O período do pós-guerra-fria e a assunção do capitalismo como traço generalizado de processos de hegemonia (e imposição) económica e cultural contribuíram para a proliferação de escolhas, hiperbolizando a sua associação a traços identitários. Nesse âmbito, os trabalhos de Laclau e Mouffe sustentam a valorização das diferentes escolhas e a criação de novas identidades baseadas em elementos culturais e de consumo (dissociados, portanto das chamadas «identidades categóricas», por norma associadas a traços como o género, a nacionalidade ou a origem étnica).

Por outro lado, a reflexividade da subjectividade contemporânea revela novas vertentes da relação do *self* com o Outro. Construindo-se a partir da relação com o outro, o sujeito vive sempre

da dicotomia entre o Eu e aquele em relação ao qual o Eu se define. «Le sujet ne se pose qu'en s'opposant: il prétend s'affirmer comme l'essentiel et constituer l'autre en inessentiel, en object» (de Beauvoir, 2008). Particularizando a teoria, o homem vê-se a ele próprio como universal e atribui às mulheres o carácter da particularidade, num pensamento identitário estereotipado – que a mulher também partilha – e que vai influenciar o comportamento de ambos os géneros nas suas escolhas e vivências.

Todavia, o processo identitário acaba por se definir tanto em direcção a um Outro, como a um Nós (processos de identificação e diferenciação). A comunicação é, em ambos os processos, essencial para a definição da identificação e diferenciação, tornada pública através da sua assunção e reconhecimento social no espaço público. «É comunicando que ele [o sujeito] é simultaneamente um homem “como” os outros, idêntico aos seus pares e um indivíduo “único”, diferente dos outros. Assim, de forma paradoxal, a unidade e a identidade do sujeito nascem tanto do seu carácter único e original como do consenso» (Silveirinha, 2004, p. 19).

Daí que a noção de identidade seja, também ela, uma noção construída ao longo do tempo, resultado de relações de discurso e poder, segundo a linha de pensamento foucauldiana. Há uma noção de *self* (estruturado em várias identidades) que assume um carácter histórico e cultural, fruto de uma confluência de narrativas, de aspectos internos aos sujeitos e de poderes externos. Aliás, a própria noção de *self* é, precisamente, contingente do ponto de vista histórico e cultural. «Esta ideia de identidade afecta a forma de entender os processos de construção identitária nos diversos contextos colectivos e individuais, na medida em que significa, por um lado, que não devemos falar de «identidade», mas de «identidades» – já que se evita a conceptualização de algum tipo de identidade unificada ou centrada – significando também a necessidade de prestar muita atenção aos diferentes Outros implicados em todo processo de construção identitária» (Silveirinha, 2004, p. 42).

Mesmo assim, é preciso ter em atenção que quando são referidos os processos identitários da modernidade e, consequentemente, da pós-modernidade, não podemos falar de rupturas abruptas de espaço e tempo. Tal como a identidade resulta de um processo histórico, também a forma como reflexivamente olhamos, na contemporaneidade, para o *self* resulta de um devir. A esse propósito, João Pissarra Esteves (2008), chama a atenção para a «lógica simplista» que separa, de maneira artificial as «velhas» e «novas» identidades sociais, no suporte da ruptura entre modernidade e pós-modernidade. «Trata-te de um equívoco que tem como origem uma focalização restritiva das discussões em fenómenos identitários muito particulares, relacionados

sobretudo com os chamados novos movimentos sociais e, também, as novas identidades revivalistas (essencialmente de raiz étnica e religiosa), esquecendo ou subavaliando de uma forma ostensiva ao mesmo tempo todas as outras dimensões que mais directamente se encontram relacionadas com a dinâmica das «velhas» identidades» (Esteves, 2008, p. 27).

I. 1. Mulher ou mulheres: o género como identidade e como factor político

«Pertencer a uma nação, um grupo étnico, uma cultura, um género, uma raça, possuir certas inclinações sexuais ou falar certas línguas, converte-se agora num factor politicamente crucial» (Silveirinha, 2004, p. 38). A constatação, feita por Maria João Silveirinha, abre caminho para uma série de reflexões sobre o género como factor de identidade e a sua relevância política.

Antes, contudo, de analisar a importância política do género, importa situar este elemento de identidade à luz do *self* fragmentado contemporâneo. A categoria discursiva e identitária de mulher, sob o ponto de vista anti-essencialista, deixa de ser encarada como um dado adquirido e estável, mas sim sob uma perspectiva estruturalista e reflexiva. Condição que se verte igualmente sobre categorias como «género» ou «sexo».

Em termos sociológicos, comumente aceites, a categoria «sexo» define as diferenças anatómicas e fisiológicas entre homem e mulher e que são, por isso, do foro biológico. Já o termo «género» identifica os atributos associados culturalmente aos indivíduos do sexo feminino e do sexo masculino, englobando diferenças psicológicas, culturais e sociais. Desta definição resulta que ambas as categorias não sejam *a priori* sobrepostas e idênticas, uma vez que as diferenças entre homens e mulheres vão muito além da origem biológica.

A importância dos papéis de género e dos processos de sociabilização é fulcral nestes aspectos, assim como a percepção social assente em estereótipos. Desde criança, os indivíduos tendem a ser educados em papéis sociais distintos, atribuídos em função das suas diferenças biológicas. Ao longo destes processos de sociabilização, reforçados pelos meios de comunicação, as diferenças percebidas entre indivíduos de sexos distintos são, fundamentalmente, de origem cultural e discursiva. A título de exemplo, «investigadoras feministas demonstraram como os produtos culturais e dos meios de comunicação destinados às audiências mais jovens incorporam atitudes tradicionais em relação ao género e ao tipo de objectivos e ambições que se espera das raparigas e dos rapazes» (Giddens, 2010, p. 111).

No entanto, há autores que põem também em causa a base biológica atribuída à distinção entre sexos. O trabalho de Judith Butler é particularmente relevante neste aspecto, desconstruindo as próprias categorias de mulher e homem (e enquadrando-as em função de aspectos culturais e de poder), a autora afasta-se das teses que emparelham o sexo como algo determinado biologicamente. «My suggestion is that the body becomes its gender through a series of acts which are renewed, revised, and consolidated through time. From a feminist point of view, one might try to reconceive the gendered body as the legacy of sedimented acts rather than a predetermined or foreclosed structure, essence or fact, where natural, cultural or linguistic» (Butler, 1998).

À semelhança da reflexividade que tornou o Eu predeterminado e imutável num *self* fragmentado, Butler põe em causa a própria categoria do corpo biológico, inscrevendo-o numa construção histórica que lhe impõe marcas de género (*engendered body*). Anteriormente, já Foucault teorizava sobre a forma como o poder (através da ordem discursiva) actua sobre os corpos, criando sentidos. Em *Vigiar e Punir*, esta análise torna-se evidente, tal como foi a perda da aura imutável que o determinismo biológico tinha construído até então. Na corrente de pensamento foucaultiana, o corpo é, simultaneamente, «*corps productif*» e «*corps assujettif*».

Estamos, portanto, no longo caminho de percepção das linhas que gizam identidade e género na teia discursiva e simbólica da sociologia. «Procurar compreender sociologicamente o conceito de identidade do género mais não é do que percorrer todo um caminho, desde as diferenças biológicas entre homens e mulheres até às condutas colectivas, normas, valores e papéis sociais atribuídos ao feminino e masculino numa determinada sociedade» (Lisboa *et al.*, 2006, 169). Os mesmos autores sublinham o processo de construção das identidades de género, em relação – e em integração – com os sistemas biológico, económico, político, social e cultural, numa rede de significações, de práticas e representações.

Interessa igualmente perceber o modo como o processo de sociabilização acaba por influenciar a construção de identidade e moldar o comportamento dos indivíduos no espaço público. A questão é particularmente relevante na esfera política formal (não excluindo, evidentemente, a pertinência da análise noutros domínios), palco tradicionalmente marcado por papéis sociais ligados ao homem e ao masculino.

Ligado ao tema do espaço público e do processo de socialização, está o conceito de «percepção social», intimamente relacionada com as expectativas de género pela qual uma criança é socializada. Enraizado no psicológico e no social, o desenvolvimento de estereótipos é

independente do processo dito racional e assenta na categorização da percepção social e na atribuição de valor (Amâncio, 1994). De sublinhar, igualmente, que esta gestão de expectativas, com base na categorização, influencia tanto o comportamento do sujeito em relação a si próprio como em relação ao Outro.

A esse respeito, Giddens realça como a ruptura trazida pelas feministas – e, de forma mais generalizada, a entrada das mulheres na esfera pública ocidental, que lhes esteve vedada até ao século XX – teve implicações na gestão das expectativas. «As feministas cedo se aperceberam que, para a mulher emancipada, as questões de identidade tinham assumido uma importância proeminente, pois, ao libertarem-se do lar e da domesticidade, as mulheres confrontaram-se com um ambiente social fechado. As suas identidades estavam definidas e de tal modo ligadas ao lar e à família que, quando «deram o passo para fora», fizeram-no para cenários sociais em que as únicas identidades disponíveis eram as fornecidas pelos estereótipos masculinos» (Giddens, 1997, p. 199)

A assimetria entre universos simbólicos do homem e da mulher, fundados nas categorizações sociais, vai, neste sentido, moldar o comportamento social destes actores (Amâncio, 1994). Enquanto as investigações citadas pela autora e desenvolvidas pela própria apontam para uma identidade do sujeito masculino como ser universal, as categorias sociais que recaem sobre as mulheres têm um peso diferente. «Os traços do estereótipo feminino constituem uma teoria implícita, normativa para os comportamentos das mulheres e instrumental para a caracterização dos indivíduos da categoria feminina» (Amâncio, 1994).

Como resultado, quando a mulher não se encontra de acordo com as categorias sociais de género pressupostas nos estereótipos, devido à especificidade atribuída como condição do feminino (por oposição ao universal), torna-se imanente uma espécie de *check-list* social, que procura a causalidade nos comportamentos das mulheres e vinca os limites socialmente impostos (Amâncio 2004). Neste sentido, o desvio à norma torna-se relevante, uma vez que não é socialmente aceite, fugindo da especificidade a que é confinado o género feminino. A entrada da mulher nas elites políticas é disso sintoma, uma vez que é visto como um comportamento atípico das expectativas de género, numa ruptura com as categorias sociais (e, consequentemente, mentais) de ambos os grupos (feminino e masculino).

Amâncio acrescenta ainda que «a posição social dominante da categoria masculina não resulta só de o modo de ser definido para essa categoria corresponder a um modelo de pessoa universal que constitui um referente, tanto para os homens como para as mulheres. No quadro

deste mesmo modelo de pessoa, os homens constroem uma representação de si em que a individualidade não é incompatível com uma pertença colectiva e que naturaliza nos seus comportamentos» (1994, p. 177). Por outro lado, as mulheres tendem a desvanecer-se na colectividade, onde apresentam dificuldades em construir uma representação de si individual e autónoma.

No dia-a-dia, podemos nos identificar, como já vimos, em múltiplas vertentes da identidade, seja em aspectos de auto-representação ou através de papéis sociais para o colectivo da comunidade. Um indivíduo pode identificar-se, por exemplo, como mulher, professora, lésbica, portuguesa e ambientalista, num processo que é múltiplo e cujo resultado é superior à simples soma das partes.

Mais centrada no tema desta dissertação, está a forma como a identidade de género se estrutura nos actores políticos (sendo o termo político aqui entendido como «política formal», nos espaços públicos parlamentares). Ou seja, a forma como a questão do género (papéis sociais tradicionalmente separados entre feminino e masculino) está presente na identidade de políticos profissionais.

Para responder a esta questão, é necessário olhar novamente para a evolução no conceito de identidades e, especialmente, no conceito de identidade política. O declínio das grandes meta-narrativas que marcaram grande parte do século XX dita um elemento fulcral neste aspecto. Nestas «velhas» identidades políticas, o carácter universalista foi o grande paradigma, em que a classe era a base de acção colectiva. No pós-guerra-fria, proliferam as identidades políticas particularistas, influenciadas também pela multiplicidade de escolhas trazidas pelo modelo hegemónico do capitalismo (cada uma delas associada a/veiculada como um processo de construção identitária). «Este mesmo estatuto político do pessoal, objectivamente, acaba também por funcionar como um factor de dramatização e ainda maior acicate de tudo aquilo que envolve a individualidade, potenciando ainda mais a sua visibilidade e importância sociais. A «pessoalização» da vida colectiva deixou, assim, de se confinar àquele reduto que nos habituámos a designar como «privacidade», e hoje extravasa nos mais diversos planos da vida social» (Esteves, 2008, p. 14).

A particularização das identidades políticas é particularmente visível no slogan «o pessoal é político», bandeira da luta estudantil dos anos 60 do século XX e posteriormente apropriado pela acção feminista. No fundo, trata-se de evidenciar de que muitas das características anteriormente definidas como «privadas» ou subjectivas a cada sujeito se tornaram uma base de acção social e, consequentemente, política. Em suma, «novas» identidades da diferença tomam protagonismo

político em prol de categorias tidas outrora como essenciais e homogêneas (classe, civilização, Estado-Nação, ...). Até porque, vista de outra perspectiva, a evolução das «velhas» identidades e a sua fragmentação levaram a que as grandes categorias identitárias da modernidade perdessem dimensão.

Na teorização de Giddens sobre as identidades sociais contemporâneas, o autor descreve o termo «políticas de vida» – ou seja, o que se convencionou denominar de «políticas de identidade». «A partir delas [políticas de identidade] a política deixa de se fundamentar em discursos abstractos, universalizantes, para assentar em reivindicações dispersas, particulares, específicas, centradas na ideia de que não há uma só identidade imutável e duradoura no tempo. Pertencer a uma nação, um grupo étnico, uma cultura, um género, uma raça, possuir certas inclinações sexuais ou falar certas línguas, converte-se agora num factor politicamente crucial» (Silveirinha, 2004, p. 38).

A importância do feminismo na ilustração destas identidades políticas da diferença (e na politização do pessoal) não passa despercebida. A sua luta social tornou possível, na óptica de Giddens, a abertura da esfera política da vida. «O feminismo pode ser visto com mais exactidão como tendo aberto a esfera da política da vida – embora, é claro, as preocupações emancipadoras permaneçam fundamentais nos movimentos das mulheres. O feminismo, pelo menos na sua forma contemporânea, viu-se mais ou menos obrigado a dar prioridade à questão da auto-identidade. [...] Na medida em que elas, cada vez mais, «dão o passo» para fora [do lar], estão contribuindo para processos de emancipação» (Giddens, 1997, p. 199).

Por outro lado, a questão da identidade de género embate no fim das essências identitárias, com o *self* dividido em múltiplas vertentes. Como pensar numa identidade ligada à categoria «mulher» quando afirmámos anteriormente que, na era pós-moderna, esse conceito deixou de ser estanque? Como justificar o feminismo quando o campo de acção/motivação é uma categoria fragmentada pelo pós-estruturalismo? A resposta parece assentar no que se designa por «pertença categórica»:

«Escolher uma «pertença contextual» pode funcionar como estrutura ou princípio organizativo da identidade «categórica» (sem que tal implique subordinação), podendo transformar-se em função das circunstâncias. É uma pertença «escolhida» que não se pode afirmar essencialismos últimos. Assim, se não se escolhe o lugar onde se nasce, ou a língua que se fala, ou as inclinações sexuais que se tem, ou o género a que se pertence, pode-se escolher converter esses aspectos da identidade num problema político, centrar neles a actividade política e articular os contextos políticos, culturais e sociais do seu desenvolvimento. As identidades, portanto, não são dadas, mas

construídas. À pertença está associada a dimensão de «construção», mas está-lhe também associada uma categoria para a acção tanto subjectiva como colectiva» (Silveirinha, 2004, p.54)

Na esfera da política formal, podemos verificar como as questões da pertença categórica são pragmaticamente postas em cena. A presença de mulheres na esfera política não é, *per se*, sinónimo da assunção da identidade do género feminino no discurso produzido no palco parlamentar. Em primeiro lugar, porque o género não é, como já vimos, uma categoria estanque e imutável. Portanto, ao sexo feminino não corresponde, automaticamente, um género feminino. Especialmente tendo em conta que a esfera parlamentar é, por tradição, um espaço público essencialmente masculinizado. A sociabilização das mulheres no meio político acaba por ser, nesse sentido, guiada pelos papéis sociais masculinos, de forma a facilitar a integração do sujeito. A esse respeito notamos, por exemplo, o modelo de masculinização da presença feminina no espaço público, de que Margaret Thatcher foi exemplo. Ou seja, mulheres que seguem as expectativas de sociabilização ligadas ao masculino, rompendo, portanto, os estereótipos de género e a percepção social a que, por norma, estariam sujeitas.

Por outro lado, nem todas as mulheres escolhem fazer do género a sua escolha identitária. Como o notámos antes, cabe a cada agente construir a sua própria identidade e fazer de determinados elementos identitários um aspecto central da actividade política. São as práticas discursivas de cada um dos indivíduos, implícitas e explícitas, que podem tornar a identidade de género um factor politicamente relevante. E esse aspecto torna-se semelhante aos processos que tornam a etnia ou a região como elemento político identitário, entre um sem-número de elementos particulares. Por exemplo, um deputado parlamentar pode escolher sublinhar o aspecto identitário ligado à região que representa. Apesar de não se poder escolher a região onde se nasce, cabe a cada indivíduo converter esse aspecto num elemento identitário politicamente relevante. Em paralelo, outros deputados da mesma região poderão escolher não tornar esse aspecto politicamente relevante.

O mesmo se passa em relação às questões de género. Olhando para a actualidade política portuguesa, a deputada social-democrata Assunção Esteves evidenciou a sua identidade como mulher, no discurso de tomada de posse do cargo de presidente da Assembleia da República. A conclusão do discurso evidenciava um elogio «das mulheres anónimas e oprimidas», prometendo dedicar cada dia a fazer «a redenção histórica da sua circunstância». Esta construção identitária, que evidencia os aspectos de género, poderá não ser transversal a todas as mulheres deputadas do parlamento, dependendo das escolhas – conscientes ou inconscientes – de cada uma. Um dos

objectivos desta dissertação passa, precisamente, por perceber até que ponto a construção identitária dos eurodeputados e eurodeputadas portugueses no Parlamento Europeu evidencia o género como factor político como política da diferença das «novas» identidades.

A questão do sexo e dos processos de sociabilização com base em expectativas sociais estereotipadas tem aqui um papel de extrema relevância. Como evidencia Lígia Amâncio (1994), a forma como o processo de percepção social associa o comportamento «universal» ao masculino, afasta o indivíduo homem de evidenciar o género masculino como identidade política, pelo menos em teoria. As expectativas sociais, derivadas de processos culturais, indicam que a identidade de género é, por norma, uma escolha identitária da mulher e não do homem. Mais uma vez, este é um aspecto que será explorado na presente investigação.

A interacção social é outro dos conceitos a reter. «O indivíduo, ou a colectividade, não é totalmente autónoma quanto aos traços a privilegiar, já que os «outros» o definem e o constroem também. Naturalmente que neste processo de conformação mútua há também processos de poder, nomeadamente de exclusão. Definir as categorias de pertença assinala igualmente aquilo que fica de fora» (Silveirinha, 2004, p. 54).

No processo de construção identitária em torno do género interessa também tecer algumas considerações sobre as categorias «mulher» e «mulheres». Embora esta questão seja mais explicitada no próximo capítulo, dedicado à evolução dos movimentos sociais feministas, a fragmentação da categoria «mulher» na acção social e na própria construção identitária assume relevância nos processos de definição do *self*. Num primeiro momento reflexivo sobre a identidade feminista, as exigências sociais ancoraram-se num posicionamento próximo do essencialismo. Ou seja, as exigências sociais reflectiam a noção de uma suposta identidade essencial e estável do «feminino».

Num segundo momento, que acompanhou tanto a reivindicação de grupos particulares dentro do colectivo feminista (as mulheres não-ocidentais, por exemplo) como a reflexividade característica da pós-modernidade, a categoria fixa da mulher/feminista foi posta em causa. «O segundo momento – que é tanto complementar como contraditório do primeiro – é o do questionamento dessas essências (racial, feminina, lésbica ou «gay»), com base no princípio de que a sua singularidade esconde uma pluralidade real de posições. [...] Se a experiência feminina generalizada e validada dentro de um grupo é, sobretudo, a experiência da categoria mulher heterossexual, de classe média, ocidental, branca, tal pode obscurecer as variações entre as mulheres. [...] Criam-se, assim, novas formas de exclusividade e alienação para as mulheres

oprimidas, que não cabiam nesta grande categoria essencial «mulher»» (Silveirinha, 2004, p. 48). Da categoria «mulher» passa-se assim para uma acção social que faz das «mulheres» a base da identidade política; um conjunto de posições unidas por interesses comuns.

Capítulo II: Feminismo e feminismos

À primeira vista, poderia não ser óbvio percorrer o movimento histórico dos feminismos numa dissertação dedicada à influência do género na tomada de decisão das eurodeputadas e eurodeputados portugueses. Principalmente porque, tanto na literatura académica como em questões pragmáticas, a influência do género e a sua auto-consciência política não poderão ser consideradas, *a priori*, categorias gémeas do movimento político e social convencionalmente chamado de feminismo.

No entanto, na sequência do capítulo anterior, a identidade de género como factor politicamente relevante é um elemento discursivo que se autonomizou com (e através) dos movimentos feministas. Nesse sentido, torna-se relevante traçar a radiografia dos movimentos feministas e da sua evolução, de modo global e, especificamente, em Portugal. A partir daí, perceber tendências globais relacionadas com as questões de identidade de género e, também, traçar quadros de análise que poderão ser aplicados à influência do género na tomada de decisão política.

A definição de feminismo (e feminismos) não é consensual. Formalizado como movimento social que ambiciona a total equiparação de homem e mulher na sociedade, com os mesmos direitos, oportunidades e deveres, ao nível político, económico e social, a significação do termo varia entre grupos feministas, teóricos sociais e, mesmo, de indivíduo para indivíduo, que forma a sua teia de significados durante os processos de identificação por si construídos. Como a maioria dos movimentos sociais, o feminismo surge como reacção, neste caso à sociedade patriarcal e supremacia masculina nas práticas de poder.

Um dos primeiros colectivos feministas franceses de segunda geração, organizados como estrutura da sociedade civil com objectivos políticos e sociais, o *Mouvement de Libération des Femmes* (MLF), apresentou, desde o início, uma definição bastante vincada e colectiva de feminismo. «Féministes ça voulait dire: Pour les femmes et avec toutes les femmes. [...] Pour nous c'était important, c'était le début du renversement de leur ordre et de leur loi que de nous dénommer du terme de leur dérision et de leur opprobre: féministes» (Bernheim *et al.*, 2009, pp. 159 – 160).

Noutro contributo sobre a questão, Maria de Lourdes Pintassilgo, primeira mulher a ser primeira-ministra em Portugal, referia frequentemente que o «feminismo é uma palavra velha

com má reputação», que apenas usava por pragmatismo comunicacional e facilidade de análise. Mesmo assim, não deixou de definir o termo como a denúncia contra práticas sexistas: «o feminismo – enquanto designação que engloba movimentos do fim do século passado e movimentos sociais de hoje – é a denúncia e a luta contra as práticas sexistas. Consideram-se sexistas as atitudes, práticas, hábitos e em muitos casos, a própria legislação, que fazem das pessoas pertencentes a um sexo – e só por esta razão – seres humanos inferiores nos seus direitos, na sua liberdade, no seu estatuto, na sua oportunidade real de intervenção na vida social» (Pintassilgo, 1981, p. 12).

As duas perspectivas acabam por reflectir as mudanças e vagas feministas que, comumente, são aceites pela teoria sociológica. De um modo geral, o final dos anos 60, nos países ocidentais, viu nascer movimentos sociais, originados na sociedade civil, que se distinguiram dos movimentos feministas anteriores. Esta distinção, que Kaplan reflecte na sua divisão entre feminismos de primeira e segunda vaga, salienta as diferenças de conteúdo nas reivindicações de cada um dos movimentos. De salientar que a diferença entre gerações de feminismos reside, sobretudo, numa diferenciação ideológica e não numa âncora em determinado período histórico, apesar de genericamente se balizar temporalmente as correntes feministas.

À semelhança da construção identitária, as teorias feministas que aqui identificamos só poderão ser descritas à luz de um momento histórico, influenciado e marcado pelo poder, e não isoladas de contexto, no seguimento da corrente foucauldiana. Tal como conclui Footitt, «they are discourses produced in relation to particular constraints, both responding to there constraints and constituting new productive contexts. The narratives of feminism are produced by political discourses as much as any other narratives, and contribute, whether we like it or not, to the formulation of new narratives. Put more simply, theories of feminism do not exist in a political vacuum, and they are not innocent of consequences» (Footitt, 2002, p. 5).

Desta forma, considera-se que a primeira vaga compreende as reivindicações feministas que se iniciaram em meados do século XIX e galgaram a barreira do século, embora tal não seja estanque para todos os movimentos registados, a nível global. A exigência de educação para as mulheres e a reivindicação da paridade em termos de cidadania (na qual se incluía, por exemplo, o direito ao voto) foram as principais bandeiras erguidas pelas mulheres nesta primeira vaga.

Por outro lado, os movimentos de segunda vaga são, usualmente, posicionados no período entre o final dos anos 60 e meados da década de 80 do século XX. Estas feministas criticam abertamente a opressão feminina sentida na sociedade e, especialmente, na família, onde a

responsabilidade maternal ditava (e dita ainda) desigualdades e desvalorizações do trabalho doméstico, tido como natural para a mulher. Mais ainda, os feminismos de segunda vaga surgem como uma (re)apropriação do corpo da mulher e as reivindicações incluem uma forte componente sexual, com a valorização das relações sexuais sem a obrigação da maternidade. Na relação mulher – corpo – prazer – libertação, as críticas à Igreja e à instituição social da família patriarcal subiram de tom.

Dando o exemplo de Vichy, Françoise Thébaud relembra: «de facto, se o regime de Vichy constitui para a França republicana uma ruptura política, ele inscreve-se na continuidade da política familiar que, entre os anos 20 e os anos 60, confina as mulheres à maternidade e os homens ao trabalho remunerado. Raros foram os democratas ou os leigos que denunciaram a tentação totalitária ou o peso da moral religiosa na vontade de controlar o ventre das mulheres» (1995, pp. 16 – 17). A opressão feminina pelo *status quo* vigente no mundo ocidental levou a mobilizações e concentrações das mulheres no espaço público, com críticas à estrutura social existente, a qual urgia modificar.

À semelhança de todos os movimentos sociais internacionais, especialmente aqueles nascidos nos anos 60 do século XX, é problemático criar um quadro de análise homogéneo das reivindicações e modos de luta. Apesar do sentido de solidariedade e irmandade nos movimentos das mulheres de segunda vaga, cedo sobressaíram as diferentes teorias feministas e as diferentes agendas de vários grupos. Mais ainda, mulheres de minorias étnicas acusaram a «mulher branca», de classe média-alta, de tentar levar a cabo uma nova forma de colonização, numa colagem das reivindicações de todas as mulheres a um só vínculo. Uma acusação semelhante foi feita por certas classes sociais, que demonstraram não querer ser absorvidas para um mesmo rótulo de luta feminista (Thébaud, 1995).

A contestação acaba por coincidir com a reflexividade atribuída aos finais da modernidade e entrada numa era Pós-Moderna, em que a identidade deixa de ser categórica, perdendo os seus moldes de essencialista. A multiplicidade em que o *self* se define, perante si e o Outro, é apenas um dos vértices da desconstrução evidenciada por estruturalistas e pós-estruturalistas. Daí que, por um lado, as mulheres que conviveram, em termos históricos, com esta segunda vaga do feminismo, se tenham tornado reflexivamente conscientes das suas diferenças (numa tendência social generalizada que levou à ascensão de políticas de identidade, cujo conceito foi abordado no capítulo anterior). Por outro lado, a própria categoria de «mulher» deixou de ser considerada como imutável e duradoura no tempo. Ou seja, o seu conceito deixou de conciliar a agregação de

indivíduos sociais que nela se reviam em termos de movimento social e de reivindicações colectivas.

A segunda vaga feminista surge, na maioria das suas manifestações, num contexto histórico especial. Nos anos 60, emergiram vários movimentos sociais de reivindicação – dos quais se destacam as lutas estudantis, os feminismos e os movimentos pacifistas. Em comum, a ambição e, em certo modo, a ingenuidade de «mudar o mundo», através da apologia dos direitos cívicos e de uma pretensa renegociação das hierarquias de poder. «Houve situações que foram altamente exaltadas pelos meios de comunicação social da época, como, por exemplo, quando em 1968 se queimaram *soutiens*, cintas e pestanas postiças, ou em 1970 as mulheres francesas ao depositarem uma grinalda dedicada «à mulher desconhecida do soldado desconhecido». [...] Todos estes acontecimentos foram importantes, não só pelo que representaram para o próprio movimento, como também porque foi através dele que a opinião pública avaliou, e em muitos casos ampliou, condenou ou aprovou a mensagem do movimento» (Nogueira, 2001, pp. 138-139).

Foi, aliás, a visibilidade dada a estes momentos singulares o que leva a que, ainda hoje, a palavra feminismo seja associada a actos como queimar *soutiens*, mas também a posições ambíguas assumidas publicamente, no que respeita à identificação com estes movimentos sociais (e que podem ser resumidos no discurso «sou feminista, mas...»). «Em meados da década de 80 o feminismo começou a ficar «fora de moda», e esta informação foi sistematicamente veiculada pelos meios de comunicação social, que referiam que as populações mais jovens estavam completamente indiferentes ao feminismo e às lutas que tiveram de ser travadas no passado» (Nogueira, 2001, pp. 141-142). Aliás, a referência à «má reputação» da palavra feminismo, feita por Maria de Lourdes Pintassilgo, acaba por reflectir este afastamento em relação aos movimentos dos anos 60, que mereceram inúmeras críticas pelo seu «exagero» ou «histeria», na qualificação dada por vários autores.

Mas também a nível de conteúdos, o discurso simbólico do feminismo estava a mudar. «Thus, from a general concentration on universal external sites of oppression, feminist theory in the late 1970s and through the 1980s turned to celebration of essential difference, and to sometimes uneasy embrace of the cultural diversity of women's experience» (Footitt, 2002, p. 3)

Quais os impactos deste corte com a segunda vaga de feminismo? O mais importante é, certamente, a definição de uma terceira vaga contemporânea que é, simultaneamente, feminista e contra-feminista. Ou seja, mulheres que sentem e condenam a distância, em termos socio-económicos, entre a igualdade formal e a realidade efectiva, mas que se distanciam da imagem

feminista formada durante a segunda vaga do movimento. Em termos conceptuais, esta terceira vaga é frequentemente definida por pós-feminismo.

Em paralelo, assiste-se hoje ao chamado *backlash* geracional. Segundo Nogueira (2001), «este termo surgiu inicialmente nos meios de comunicação social, associado a escritores opositores do feminismo; estes sugeriam que se o feminismo fosse longe demais haveria um *backlash* por parte dos homens. [...] As jovens deparam-se com um discurso legal e formal de igualdade, associado a um outro discurso, de ridicularização dos movimentos feministas». Daí que, por exemplo, a identidade de grupo – e a falta de consciência grupal – associada aos movimentos feministas tenha sofrido a erosão trazida pela contemporaneidade. Apesar disso, o revivalismo actual em torno da ideia de comunidade – e a sua ênfase através da comunicação mediatizada – poderá beneficiar, num futuro próximo, um ressurgimento dos feminismos na sua vertente de grupo e movimento social organizado. «Termo profundamente difuso, a «comunidade» parece, no entanto, manter uma atracção crescente nas sociedades contemporâneas caracterizadas pela incerteza, por um mundo de experiência e cultura fracturada, e por uma crescente mobilidade social e geográfica», nas palavras de Silveirinha (2004, p. 56).

Sobre o *backlash*, e resumindo a diferenciação feita por Helen Haste, podemos analisar diferentes tipos de fenómenos sociais: regressivo, reactivo e alternativo defensivo. Se o primeiro define um retorno aos papéis de género e valores ditos tradicionais, o *backlash* reactivo surge como resposta aos movimentos feministas de segunda vaga e, de certa forma, consolida o pensamento de que a paridade total na esfera pública já foi atingida. Ou seja, defende que a maior presença feminina na vida pública (empresas e política), acompanhada pela manutenção do papel da mulher no privado, acabou por ser prejudicial às mulheres, ao levar a ritmos de vida praticamente incomportáveis. «O *backlash* «reactivo», tendo em consideração todo o trabalho realizado pelas feministas, argumenta que nem os modelos teóricos, nem as estratégias políticas conseguiram um estado desejável para a condição das mulheres. Pelo contrário, vieram trazer infelicidade a muitas mulheres que supostamente pretendiam ajudar, como por exemplo as mulheres executivas «superexaustas», a combinação de papéis sem a mudança masculina, etc» (Nogueira, 2001, p. 145). Já o *backlash* alternativo defensivo é uma reacção tendencialmente masculina, que apela a novas masculinidades no espaço privado.

Além das diferentes vagas de movimentos feministas, Haste e Kaplan apresentam quatro modelos de análise dos feminismos: socialista, liberal, radical e cultural. Embora todas representem rupturas com o *status quo* e com uma opressão da mulher na esfera pública, estas

quatro teorias diferem na resposta ao que é «ser mulher» e nas prioridades de acção a ser tomadas em relação aos seus objectivos feministas.

No âmbito desta dissertação, duas destas categorias ganham relevância. Em primeiro lugar, a do feminismo liberal, que assenta numa perspectiva negocial e formal na luta pelos direitos das mulheres e que tem palco, variadas vezes, nos «teatros» formais da política (governos e parlamentos). Nesta visão do feminismo, as militantes acreditam no poder da lei e das reformas jurídicas para mudar atitudes discriminatórias e inverter o papel oprimido da mulher na sociedade. Trata-se, portanto, da crença de que o sistema social, na sua prática e discursos, acabará por mudar através da formalização igualitária.

Por outro lado, a teoria feminista cultural baseia-se em sistemas de significado cultural e na crença de que a questão do género assenta nas relações de poder na sociedade. As feministas que defendem esta visão da sociedade, muitas delas influenciadas por Derrida e Lacan, acreditam que a opressão da mulher não será ultrapassada pela igualdade, mas pela paridade que valorize as diferenças entre masculino e feminino, diferenças essas estabelecidas pelos sistemas de significação cultural. Há portanto, uma auto-reflexividade cultural que leva à perspectiva de que as relações de poder são estruturantes da identidade. Nesse sentido, o poder do corpo e da sexualidade está na base da construção da identidade social das mulheres. As militantes deste tipo de feminismo colocam os problemas de opressão da mulher ao nível estrutural da linguagem e recusam as tentativas unificadoras de equiparação social de homens e mulheres, por acreditarem ser, apenas, a prevalência da estrutura discursiva e simbólica masculina.

II. 1. O caso português: ditadura e excepções

A internacionalização do movimento feminista de segunda vaga não teve repercussões sociais de impacto em Portugal. Enquanto na França, Itália, Alemanha e Inglaterra (citando apenas os exemplos paradigmáticos), as mulheres protestavam nas ruas, reivindicando um lugar na sociedade como cidadãs de pleno direito, (re)apropriando-se do domínio do próprio corpo e exigindo a mudança de paradigma social, a sociedade portuguesa encontrava-se na dormência cultural provocada pelo regime do Estado Novo.

Guimarães desenvolve a problemática da existência de feminismos em Portugal ao longo das suas investigações académicas. Na intervenção que fez durante o seminário sobre o Movimento Feminista em Portugal, a autora realça a difícil condição das mulheres durante os anos

70, durante o qual uma simples saída em grupo era motivo de olhares pejorativos. «Nos anos 70, quando um grupo de mulheres entrava num café, era assediado pelos homens que lá estavam. As mulheres não tinham o direito de ir ao café em grupo. Pensar nisto e no que é a vida de hoje das mulheres, mostra como era difícil a intervenção das feministas na época» (Guimarães, 1998, p. 17).

Na clandestinidade, homens e mulheres preparavam a revolução que poria fim à ditadura. A luta pretendia-se feita em paridade, pelo ideal comum da liberdade. As estruturas organizadas de resistência ao regime, operando em Portugal, eram na sua maioria de orientação marxista-leninista, com uma perspectiva histórico-social de classes que não problematizava a questão do género. Vários historiadores apontam ainda, que, mesmo nesses grupos, onde a classe proletária deveria ser igualitária entre si, há registo de várias desigualdades de género, com as mulheres a manter o papel tradicional ligado à esfera privada.

Conceição Nogueira (2001) afirma que em Portugal, assim como na Grécia – ambos os países saídos de regimes ditatoriais –, os movimentos das mulheres nos anos 70 e 80 assemelham-se às características dos movimentos feministas de primeira vaga. Um fenómeno que parece reflectir um *generation gap* alicerçado pelo Estado Novo. «Há uma perda efectiva de memória histórica, que teve consequências inclusive no facto das associações de mulheres formadas nos anos 60 e 70 terem poucas referências sobre as mulheres que nas primeiras décadas do século XX se envolveram nas lutas feministas pelo direito ao voto, à educação e ao emprego» (Tavares, 2009).

Em resposta ao sociólogo Boaventura de Sousa Santos, que afirma não haver história de movimentos sociais em Portugal, Guimarães assevera, por seu lado, que existiu um movimento feminista plural, de segunda vaga, durante os anos 70 e 80 (1998, p.18). As perspectivas são díspares e reforçam a conclusão de que, a terem existido, os movimentos feministas de segunda vaga em Portugal não tiveram a forma e o carácter irrefutável que os caracterizaram noutros países. A esse respeito, Tavares sublinha que «só na última década tem sido possível sistematizar pensamento sobre feminismos em Portugal, entender a diversidade de correntes que se expressaram e dar visibilidade a movimentos que tiveram dificuldades de afirmação nos meios de comunicação social» (2009).

II. 2. «A terceira mulher»

Ainda sobre a evolução dos feminismos e da identidade da mulher contemporânea, Gilles Lipovetsky chama a atenção para «a terceira mulher». «Desvitalização do ideal de dona-de-casa, legitimidade dos estudos e do trabalho femininos, direito do sufrágio, «descasamento», liberdade sexual, controlo da procriação, tudo isto são manifestações do acesso das mulheres à total disposição de si mesmas em todas as esferas da existência, tudo são dispositivos que constroem o modelo da «terceira mulher»» (Lipovetsky, 2000, p. 232).

A mulher contemporânea é, por isso, um desaguar de opções, hipóteses e reflexividade. Esta «autocriação feminina» é uma ruptura em relação à condição da mulher, na sua prática discursiva e reflexiva, na História ocidental. Desta forma, a posição da mulher assemelha-se à do homem naquilo que Lipovetsky denomina o «reinado da auto-orientação», ou seja, a sociedade contemporânea marcada pela individualidade soberana. «A novidade não reside no advento de um universo unissexo, mas sim de uma sociedade «aberta», onde as normas, sendo plurais e selectivas, são acompanhadas de estratégias heterogéneas e de margens de latitude e de indeterminação. Onde outrora as determinações eram mecanicistas, há agora lugar para opções e arbítrios individuais» (Lipovetsky, 2000, p. 235).

Resta perceber, no entanto, qual o lugar desta «terceira mulher» no espaço público contemporâneo e, especificamente, na política formal – esfera que mantém masculinidades inegáveis e cujos processos de sociabilização ainda são marcadamente masculinos. Haverá, neste contexto, espaço para o género como identidade formalmente política?

Capítulo III: A esfera política e visibilidades femininas

Falar e escrever sobre a presença feminina nas elites políticas é um tema ambíguo e complexo. A caracterização factual da presença de mulheres nas instituições públicas governativas em Portugal – e neste sentido referimo-nos exclusivamente a Governo, Parlamento e Presidência da República –, mas também a proporção de eurodeputadas no conjunto de parlamentares eleitos ao PE, aponta-nos resultados, tendências e conclusões pertinentes. Contudo, a análise meramente quantitativa, além de deixar novas ambiguidades no ar – mais não seja pela presença da chamada discriminação positiva das quotas, um assunto que divide opiniões e é capaz de distorcer futuras comparações temporais e geográficas –, não analisa a vertente discursiva, simbólica e qualitativa da participação *de facto* das mulheres nos ciclos representativos e nominativos do poder político. E, mais ainda, não reflecte até que ponto o género – e a identidade de género assumida como formalmente relevante – influencia a tomada de decisão política, tanto para indivíduos masculinos como femininos.

Saliente-se, no entanto, que a descrição quantitativa e a sua evolução histórica nos fornecem, claramente, ferramentas de trabalho e bases teóricas para uma análise ao impacto das mulheres nas elites políticas, como sujeitos, eleitoras e decisoras, em paridade com os modelos masculinos tradicionais. Manuel Lisboa *et al.* (2006) realizaram, nesse sentido, uma caracterização da presença feminina nas esferas económica e política em Portugal, cujas conclusões vão no sentido de que, apesar dos progressos cada vez maiores, as mulheres continuam a estar, maioritariamente, em lugares intermédios e de apoio à decisão. O Parlamento português surge, aqui, como uma instituição cada vez mais permeável à presença feminina, em resultado do seu posicionamento hierárquico como instituição «de apoio à decisão», por oposição à instância de Primeiro-Ministro ou Secretário de Estado, por exemplo, onde ainda são raras as presenças femininas.

Manuel Lisboa *et al.* chegam à conclusão de que no Portugal democrático (analisando o período de 1974 a 2004), apesar de melhorias, continua a existir um défice de participação feminina nos lugares de topo das esferas política e económica. A investigação dá conta da maior entrada, gradual, das mulheres no mundo do trabalho, mas também de um *glass ceiling* que dificulta a progressão na carreira para os lugares de decisão. A ocupação feminina destes lugares de topo é feita, geralmente, em posições de apoio à decisão e não em lugares de tomada de

decisão. Os autores concluem que, na esfera económica portuguesa, 8,7% dos cargos de direcção e 4,7% dos cargos de administração são ocupados por mulheres. Na esfera política, a investigação dá conta de 27% de mulheres como titulares de cargos de direcção.

Sobre o tema, Rego refere que «na perspectiva da igualdade de homens e mulheres que vivem em sociedades organizadas pelo género e baseadas no desequilíbrio de poder, o tema da liderança é particularmente sensível. [...] Uma vez que a assimetria é imensa, constituindo um dos maiores indicadores de segregação ocupacional entre homens e mulheres, importa criar condições para a igualdade, designadamente através do estabelecimento de limiares de paridade» (Rego, 2009, p. 21).

Num estudo sobre as desigualdades de género em Portugal, Baum e Espírito-Santo analisam as diferentes formas de participação política (participação eleitoral, convencional e não convencional) de forma a perceber a evolução de assimetrias de género. «Verificámos que, no que respeita a 2002, as desigualdades de género só são significativas num dos três tipos de participação analisados: em formas não convencionais de participação. Nas outras duas modalidades exploradas, participação eleitoral e participação convencional para além do voto [i.e., contactar um político ou um membro do governo; apoiar um partido ou candidato; assistir a um comício; entre outras], não detectámos diferenças estatisticamente relevantes entre homens e mulheres» (Baum e Espírito-Santo, 2007, p. 133). Os mesmos autores concluem que, na esfera política portuguesa, as desigualdades de género na pertença a um partido foram diminuindo no período entre 1988-1999, ao ponto de desaparecerem completamente. O que comprova um hiato entre a pertença a um partido e a nomeação para os órgãos dirigentes do mesmo.

Na análise, Baum e Espírito-Santo reflectem sinais de que as desigualdades de género na participação política não se devem, provavelmente, a factores institucionais, mas às diferenças de sociabilização entre homens e mulheres, que integram diferentes sistemas de valores. «A expectativa teórica é a de que, com maiores oportunidades educacionais e com uma participação no mercado de trabalho reforçada, as desigualdades de género neste tipo de participação tendam a declinar com o tempo» (Baum e Espírito-Santo, 2007, p. 140). Por outro lado, uma das conclusões do estudo aponta para uma evolução geracional, já que «nas economias avançadas ou «pós-industriais» as coortes mais jovens tendem a defender visões mais igualitárias do papel das mulheres e dos homens na sociedade do que nas coortes mais velhas» (2007, p. 146).

A integração política feminina em Portugal, tal como os dados quantitativos o indicam, está longe de ser equivalente ao progresso efectivo do papel da mulher na sociedade.

«A conclusão mais importante a retirar é que homens e mulheres diferem quanto à participação política e social, o que é verdade tanto em termos quantitativos (nível de pertença) como em termos qualitativos (tipo de pertença). [...] Se é verdade que as transformações sociais das últimas décadas, em especial na estrutura da família, na educação, no trabalho profissional e assalariado, alteraram significativamente o papel e a situação da mulher na sociedade portuguesa, é igualmente verdade que essas transformações ainda não tiveram tradução correspondente na esfera política» (Martins e Teixeira, 2005, p.32).

Embora a maioria das análises feitas reflectam as assimetrias participativas entre homens e mulheres em lugares de topo da esfera política, a verdade é que tendem a cingir-se à realidade das eleições nacionais (Assembleia da República e Autárquicas) e ao funcionamento interno partidário, como o comprova o estudo de Martins e Teixeira (2005). Não obstante, as conclusões são relevantes para a dissertação em presença, uma vez que as estruturas partidárias nacionais influenciam as listas definidas para as eleições ao Parlamento Europeu.

Para o período de análise 1990-2002, as mulheres representam um terço dos filiados dos quatro partidos políticos analisados por Martins e Teixeira: CDS-PP-PP, PSD, PS e PCP. Não obstante, os autores notam que «a taxa de filiação das mulheres revela um padrão de crescimento significativo em alguns partidos» (Martins e Teixeira, 2005, p. 255). Em termos da presença feminina nos órgãos de direcção partidária, a conclusão é a de que as mulheres estão «bastante sub-representadas nos órgãos nacionais dos partidos comparativamente aos homens» (p. 255). Neste parâmetro, foi incluído o BE, que é também o partido com um valor mais elevado de representação feminina nos órgãos de direcção partidária. Mesmo assim, está demonstrada, em todos os partidos, uma preocupação crescente em incorporar mais mulheres nas estruturas dirigentes nacionais, com destaque para o PS. Outras tendências da análise demonstraram uma fraca renovação feminina nos órgãos nacionais partidários e uma maior representação de mulheres nos órgãos de natureza não-executiva. Num inquérito às candidatas à Assembleia da República nas eleições de 2002, ressalva-se ainda que, para 80% das inquiridas, a representação feminina nas listas de candidatura não é suficiente, sendo que esta opinião é mais forte em partidos de esquerda e de centro-esquerda.

A tendência parece, no entanto, apontar para uma alteração de práticas, até pelo contributo das consciências identitárias e do que poderemos classificar como «politicamente correcto». «Numa época em que se insiste na importância da auto-estima e do reconhecimento, as novas reivindicações feministas reinscrevem a imagem do feminino como «sexo fraco», imagem

pouco adaptada ao reconhecimento igual dos géneros, ao impulso de uma nova consciência identitária e ao recuo dos estereótipos sexuais. Seja como for, a marginalização política das mulheres tornou-se chocante, inadmissível, profundamente arcaica, de tal modo que ela surge desfasada da evolução na sociedade civil» (Lipovetsky, 2000, p. 281).

No entanto, e como também nota o autor, a própria sociabilização em papéis moldados pelo género – com consequentes expectativas sociais – e a relevância da esfera privada na definição da esfera pública são contributos importantes para a manutenção do *status quo*. «O facto de as mulheres continuarem a estar tão pouco representadas no topo da hierarquia não se deve a uma falta de autoconfiança – sentimento de resto variável, visto que pode evoluir em função do sucesso profissional – mas muito mais devido ao seu papel social marcado com o selo do privado e de um modo de socialização pouco orientado para a auto-afirmação nos confrontos competitivos» (Lipovetsky, 2000, p. 298).

De que forma poderemos, então, avaliar a presença feminina na esfera da política formal e enquadrá-la à luz da identidade e influência do género na tomada de decisão política? Fazendo uma genealogia da presença feminina na esfera política, a questão dos movimentos feministas não poderá ser esquecida. Como refere Hannah Arendt, numa caracterização da relação moderna na esfera pública com a privada, esta última tornou-se publicamente relevante. Mais uma vez, a questão do «pessoal como político» e do género como identidade politicamente relevante integram-se em todo um processo que dará como fruto, entre muitos outros, a presença feminina na esfera política e a assunção, por parte das intervenientes, do «ser-se mulher», como categoria escolhida de representação pública.

Com estes aspectos a tornarem-se politicamente relevantes – tanto os trazidos à luz da esfera pública com os feminismos, como outras «políticas da diferença» – a discursividade de poderes sofreu algumas alterações. «Com efeito, nas novas condições de modernidade, as práticas sociais que geram mudança já não se situam estritamente como política parlamentar, mas sim dentro de uma nova arena que envolve agentes colectivos e individuais fora do sistema político: a arena das subpolíticas, resultado de um processo de individualização que liberta os constrangimentos da acção social, permitindo que áreas que antes eram percebidas como inevitáveis e fixas possam agora ser objecto de escolha e de responsabilidade» (Silveirinha, 2004, p. 35). Estas mudanças, além de fomentarem a importância da sociedade civil, servem também como “infiltrações” às arenas tradicionais. Num primeiro âmbito, o Estado autoritário de decisão passa a uma acção de negociação, como conclui Beck. Mas também a própria esfera assume as

exigências das práticas sociais. E a maior presença tendencial de mulheres nos órgãos de decisão dos partidos, em lugares parlamentares e de nomeação política, é disso mesmo sintoma.

«As políticas de identidade referem-se, geralmente, a dois tipos de fenómenos: as pretensões baseadas na identidade de vários grupos sociais, e as acções, programas e políticas públicas implementadas pelas autoridades públicas para reconhecer estas exigências. A ligação entre eles pode apresentar configurações muito diversas (por exemplo algumas políticas públicas criarão, pela sua própria acção, outras exigências dos grupos, etc.)», nota a esse respeito Silveirinha (2004, p. 40), sublinhando também algumas contradições que podem ser formadas com teorias estabelecidas do espaço público. Retomando a análise de Calhoun, como poderemos pensar o espaço público, que Habermas teorizou como uma esfera em que as diferenças são postas de lado em prol da discussão pública, como um espaço em que as diferenças de identidade se autonomizam como objectos de política? Face às formas em que a esfera pública pós-moderna se configura, é necessário pensar em novas configurações teóricas que reflectam o espaço público.

Outro tópico de análise na abordagem ao espaço público – e, neste caso específico, ao Parlamento Europeu – passará, incontornavelmente, pela linguagem. Desde logo porque a esfera pública se autonomizou como tal pela racionalidade argumentativa. «The parity on whose basis alone the authority of the better argument could assert itself against that of social hierarchy and in the end can carry the day meant, in the thought of the day, the parity of “common humanity”» (Habermas, 1991, p. 36). Apesar das diferenças trazidas pela sociedade de massas, mediatizada nas suas experiências e relação com o público, o argumento dito racional, na sua lógica e simbolismo, é uma das géneses do debate parlamentar.

Falar de linguagem no espaço de debate político é também falar de retórica, ou seja, na teoria da argumentação que tem como fim a persuasão do auditório. «Todos os que crêem na existência de escolhas razoáveis, precedidas por uma deliberação ou por discussões, nas quais as diferentes soluções são confrontadas umas com as outras, não poderão dispensar, se desejam adquirir uma consciência clara dos métodos intelectuais utilizados, uma teoria de argumentação tal como a nova retórica a apresenta» (Perelman, 1999, p. 27). Desmontar as camadas discursivas torna-se relevante para, por um lado, estudar a racionalidade argumentativa, mas também para analisar a argumentação discursiva específica dos agentes sociais do debate político.

Ora, tendo em conta que a identidade como factor político se autonomiza em discurso, o argumento é um critério importante de análise. Sobre isso, Silveirinha sublinha que «a identidade, para se constituir em alguma forma de horizonte colectivo, precisar de se articular na esfera

pública, como discurso» (2004, p. 22). Noutra óptica, assumindo que a igualdade de género caiu na alçada do «politicamente correcto», como vimos anteriormente, o discurso político parlamentar estará, por norma, construído argumentativamente em prol deste tema.

O espaço de linguagem assume também outros contornos, quando confrontado com as perspectivas de género. A linguagem não é isenta da influência das relações de poder, mas poderemos falar de um discurso marcadamente feminino ou masculino? Como Footitt (2002) sublinha, a ênfase teórica na produção de identidades através do discurso tem evoluído. Actualmente, a visão pós-modernista pôs a tónica sobre a questão da «performatividade» de Butler, em vez dos temas pioneiros da diferença e dominação. Ou seja, a produção teórica contemporânea vai no sentido da desconstrução da linguagem como *momentum* e sujeito a forças de poder. Tal como, aliás, a própria identidade e a noção de *self*.

Nas conclusões à análise discursiva das deputadas do Parlamento Europeu, Footitt realça o carácter heterogéneo da linguagem. «In talking about women's languages of politics, then, I am not suggesting that there is one unified language of politics for women. The category of «women» with which we have been dealing in this study is, within the terms of this western European debate, a heterogeneous one» (2002, p. 146). Mesmo assim, o trabalho da investigadora reflecte algumas tendências: «In all this discussion of different male/female ways of imagining what politics is, we have sought to inscribe any differences noted within a language of «directions of difference», «slight difference», «more frequently used», and so on. In looking at difference, then, we are arguing that there are a number of ways in which members of both sexes construct politics, a number of languages used, but that women have a tendency to use the languages we are describing more often than their male colleagues» (p. 148).

Capítulo IV: Parlamento Europeu – espaço neutro ou genderizado?

No que concerne a relação entre género e política formal, a análise da União Europeia é bastante *sui generis*. Integrando, actualmente, 27 Estados-Membros, este espaço económico, político e social tem uma arquitectura constitucional única no mundo. Também o PE – uma das instituições que compõem o triunvirato europeu, a par da Comissão Europeia e do Conselho Europeu – reflecte esta singularidade legislativa. Não há um espaço parlamentar, a nível global, cuja moldura jurídica seja tão complexa e a uma escala tão grande como a do PE. No decorrer das últimas eleições europeias foram eleitos 736 deputados, dos quais 35 por cento são mulheres. De notar que os deputados do PE são eleitos directamente pelos cidadãos europeus desde 1979, sendo que um dos motivos para a mudança de procedimentos foi, inclusive, o diminuto número de eurodeputadas existentes no hemiciclo.

Através da análise Quadro 1 (em anexo), note-se a tendência crescente do número de mulheres no PE. Apesar disso, as presenças femininas estiveram abaixo dos 30% até à quarta legislatura, em 1999. A barreira dos 30% é bastante relevante para uma avaliação da presença de mulheres em cargos políticos, já que este é, comumente, o valor estipulado nas quotas políticas que definem a presença mínima de mulheres nas listas de candidatos dos diversos partidos. A alteração dos ordenamentos jurídicos nacionais, no que diz respeito à lei eleitoral, poderá ter, desta forma, influência na composição por sexos do PE, tal como o tem na composição dos parlamentos nacionais.

A esse respeito, José Manuel Leite Viegas e Sérgio Faria fizeram um levantamento das possíveis consequências da entrada em funcionamento de quotas por sexo nas listas de candidatura dos deputados para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu, antes destes limites mínimos serem uma realidade no ordenamento jurídico nacional. As conclusões, no que diz respeito ao PE, resultantes de dois cenários distintos, apontavam para uma presença bastante maior de mulheres eleitas. No caso do cenário A, em que o limite máximo de candidatos do mesmo sexo é fixado em 75%, esperava-se uma duplicação de mulheres eleitas, comparando com as eleições europeias anteriores ao estudo (em 1994). Ou seja, um limite mínimo de 25% de candidaturas de cada um dos sexos traduzir-se-ia na eleição de 16% de mulheres. O que não invalida que a medida tenha impactos diferentes consoante os partidos políticos com assento parlamentar. «Em termos partidários, a medida tem consequências apenas ao nível do PS e do

PSD, uma vez que tanto o CDS-PP-PP quanto o PCP conseguem eleger um número de eurodeputados que é igual a três e, por isso, fica fora do alcance do preceito que obriga a colocar, neste caso, uma mulher em cada sequência de quatro candidatos» (Viegas e Faria, 1999, p. 76).

No outro cenário, com um limite de representação máxima de cada sexo em 66,7%, as influências são bastante maiores, como seria de esperar. Tanto nos resultados gerais dos eleitos, como numa análise partido a partido, seria possível chegar ao objectivo de eleger um terço de mulheres. Numa óptica qualitativa, os autores afirmam que, para Portugal, «pese embora alguma mudança verificada a partir de meados dos anos 80, os resultados globais continuam a revelar uma percentagem muito baixa de mulheres em cargos políticos, em particular nos lugares eleitos. Neste sentido, compreende-se a iniciativa governamental consubstanciada na proposta de lei apresentada no Parlamento que estipula uma percentagem mínima de 25% de elementos de cada sexo nas listas de candidatura das duas próximas eleições para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu e que passará para 33,3% em eleições seguintes» (Viegas e Faria, 1999, p. 21).

Comparando o cenário no período da análise citada com a actualidade, verificam-se tendências positivas. Nas eleições europeias de 1994, as mulheres constituíam 8% dos deputados europeus eleitos em Portugal. Ora, esse valor está actualmente em 36%, segundo os resultados das últimas eleições europeias, em 2009. Existem, igualmente, mudanças a nível partidário. No estudo de Viegas e Faria, a conclusão é de que «as forças políticas de esquerda são aquelas que, em geral, mais mulheres incluem nas suas listas». Nas listas apresentadas às eleições de 2009, a CDU (coligação entre o Partido Comunista Português e “Os Verdes”) e o CDS-PP-PP foram os partidos que apresentaram mais mulheres (53% e 46%, respectivamente). Seguiram-se o PSD (43%), o PS e o BE (ambos com 37,9%)⁴. De realçar que, actualmente, os partidos políticos estão vinculados à chamada “Lei da Paridade”, que determina uma representação mínima nas listas de candidatura de 33,3% de cada um dos sexos.

IV. 1. Possibilidades de repensar o género no espaço político europeu

⁴ Informação retirada do artigo *As mulheres nas eleições europeias: há quatro listas com maioria feminina*, publicada a 23 de Maio de 2009 no sítio-web do jornal “i”. Artigo disponível em <http://www.ionline.pt/conteudo/5688-as-mulheres-nas-eleicoes-europeias-ha-quatro-listas-com-maioria-feminina>

A relação entre a política formal e as correntes feministas não é, tendencialmente, pacífica. Especialmente porque os feminismos surgiram nas ruas, em protesto contra o *status quo* (onde se incluíam, necessariamente, todas as formas de política formal, nas quais os homens tinham assento exclusivo e privilegiado), assumindo-se como parte do que se convencionou chamar sociedade civil. Esta arena das subpolíticas, que envolve grupos e indivíduos fora do sistema político convencional – embora não necessariamente contra –, é consequência da individualização da política e da valorização das diferenças identitárias. Tal como sustenta Footitt: «Formal politics of the type conducted in political assemblies like the European Parliament have been treated with suspicion, if not despair, by many feminist commentators» (Footitt, 2002, p. 19). Além disso, a autora ressalva que «if women have often seemed marginal to national formal politics, they have been almost invisible in the world of international formal politics» (Footitt, 2002, p.19), como mais um elemento a alimentar a desconfiança das feministas. Apesar da notória maior presença feminina no Parlamento Europeu do que na maioria das assembleias nacionais de cada Estado-Membro.

A própria corrente feminista mais ligada à esquerda política, que tem como base a acção colectiva e a consciência colectiva, tece bastantes reticências ao que chama de «feminismo institucional» e à apropriação pelo Estado do feminismo, numa lógica de re-significação. «O feminismo institucional está «preso» às políticas institucionais para a igualdade sem uma base feminista de questionamento», segundo Tavares *et al.* (2009, p. 10), fazendo igualmente alusão à re-significação das reivindicações feministas pelas instituições governamentais, nomeadamente a partir da Conferência de Pequim. «A tendência crescente para a institucionalização das acções, atribuindo menor papel à acção associativa das mulheres tem vindo a ganhar peso, numa perspectiva de «feminismo institucional» bem patente nos planos governamentais para a igualdade, que, em Portugal, têm deixado cada vez menor espaço para a actuação das associações e ONGs de defesa dos direitos das mulheres» (Tavares *et. al.*, 2009, p. 9).

Não obstante esta desconfiança, o PE e a UE têm alguns condicionalismos próprios que permitem potenciar o espaço de discussão das questões de género e da paridade entre mulheres e homens no espaço europeu, especialmente nas áreas laborais e sociais. Em termos formais, a criação da comissão parlamentar especializada em Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros (Comissão FEMM) – primeiro em funções *ad hoc* (1979) e depois de forma permanente – surge como um importante espaço de debate e decisão legislativa em torno da paridade. «The Committee, in its very existence, its open meetings, and its reports, undoubtedly established a

space in which the issues of equal treatment for women and man at work could be widened and extended to questions of female choice and autonomy across the social, economic and political spheres» (Footitt, 2002, p. 25). Por outro lado, a existência desta comissão parlamentar permite também a actividade de certas organizações lobbyistas sediadas em Bruxelas, tal como o European Women's Lobby, o Centre for Research on European Women ou o European Network of Women, intimamente ligadas ao percurso favorável à visibilidade das mulheres no seio da política formal europeia.

«The European Parliament, particularly after the formation of its Women's Committee in 1984, has had, as we have suggested, a particularly developed reputation for taking seriously issues relating to women voters. The Women's Committee clearly created a space in which women could mark out areas of discussion for and about themselves, and meet other women from transnational groups. Whether the current mainstreaming agenda of the EU will change that space very noticeably is still unclear, but the fact of engendering the public space in this particular way has been a considerable and, compared with many nation-state parliaments, unusual achievement. In both membership and legislative interest, the European Parliament can be said then to be a more 'women-friendly' parliament than that of most of the nation-states within the EU» (Footitt, 2002, p. 29).

Analisando a questão da visibilidade das mulheres na política formal europeia de outra perspectiva, Maria Belo, eurodeputada portuguesa de 1988 a 1994, descreve as consequências da menor força das expectativas nas esferas europeias. «A participação das mulheres na vida política na Europa, em meu entender, deve-se ao Parlamento Europeu e, principalmente, ao Parlamento dessa época. Isto porque em cada país havia uma primazia dos homens nos partidos e na política, predominando um saber adquirido de atavismos na forma dos homens lidarem com isso, de maneira a afastar as mulheres. Quando os eurodeputados, vindos de cada um dos seus países, chegaram ao Parlamento Europeu, já não sabiam como efectivar esses usos e costumes»⁵. Nesta linha de pensamento, Footitt adianta: «Women also enter the discursive space of the EU in ways quite separate from the nation-state, and comparisons between nation-state situations. More recent analyses seek to place women centrally within the ongoing dynamic narratives of the EU, arguing that the Union itself, as a developing entity, is a framework within which issues of a gender can and should be considered» (Footitt, 2002, p. 24).

A questão da presença das mulheres na esfera política europeia, bem como a produção legislativa em prol de uma maior equidade/paridade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, resulta igualmente de uma legitimação na própria génese da construção europeia. A ênfase nos direitos humanos, actualmente uma marca distintiva da UE, resulta de uma estratégia

⁵ Declarações, em entrevista, de Maria Belo à autora da presente dissertação, em Janeiro de 2010.

no percurso europeu, que acabou por influenciar os passos dados em termos de igualdade de oportunidades e acesso para todos os géneros. De salientar, no entanto, que esta orientação não estava presente na fundação das Comunidades Europeias, em 1957. Nessa altura, a natureza desta instituição era puramente económica, sendo o «objectivo essencial a criação de um mercado único, sem fronteiras, em que capitais, serviços, mercadorias e trabalhadores pudessem circular livremente» (Esteves e Bismarck Coelho, 2011, p. 161). A primeira referência aos direitos fundamentais surge no Preâmbulo do Acto Único Europeu, embora o Tratado de Roma já tivesse estabelecido princípios de igualdade de remuneração entre homens e mulheres. Posteriormente, o Tratado de Maastricht consagrou a protecção dos direitos humanos «como fundamento e objectivo de actuação, interna e externa, da União Europeia» (2011, p. 161). Actualmente, o Tratado de Lisboa, que estabelece o ordenamento jurídico da União, reconhece a Carta Europeia dos Direitos Fundamentais da União Europeia com força vinculativa para os Estados-Membros e como direito originário. Posto isto, é natural que as preocupações com os direitos das mulheres e igualdade de géneros ocupem um lugar de importância, inseridas na promoção dos direitos humanos, tidos como fundamento da própria União. Em 2007, a Comissão Europeia criou o Instituto Europeu para a Igualdade de Género, com um orçamento de 52,5 milhões de euros para o período 2007-2013, cujo objectivo passa, exactamente, por promover a igualdade entre homens e mulheres e combater a discriminação entre sexos.

Fazendo um breve percurso histórico, importa referir que a génese da construção europeia contou com a forte influência de mulheres que, pelo seu posicionamento público, ajudaram a fomentar a ideia de uma Europa unida. O exemplo paradigmático é dado pelas iniciativas de Louise Weiss, jornalista e publicamente assumida como feminista. Em 1918, Weiss fundou o jornal semanal Nova Europa (*Europe Nouvelle*, no original), que apoiava uma política de reaproximação com a Alemanha, no pós-Primeira Grande Guerra e um eixo Franco-Alemão que garantisse a paz na Europa. Mais tarde, em 1930, Weiss fundou a Escola da Paz (*Ecole de la Paix*), uma instituição privada que defendia ideias pioneiras sobre a construção europeia, tal como uma moeda única, um mercado comum e uma cultura identitária europeia, capaz de acolher e integrar as idiossincrasias culturais de cada Estado-Membro. A ascensão do Partido Nazi na Alemanha, a política de expansão territorial encabeçada por Adolph Hitler e a consequente Segunda Guerra Mundial destroçaram – ainda que temporariamente – os sonhos de unificação promovidos pela Escola da Paz. Não obstante, 61 anos depois do lançamento da revista Nova Europa, Weiss foi eleita como deputada do Parlamento Europeu, em 1979, naquele que foi o corolário do percurso

feito pela jornalista em prol da integração europeia. Na altura com 86 anos, ela foi a deputada mais velha a estar presente no Parlamento Europeu, continuando a exercer o cargo até à sua morte, em 1983. Em sua homenagem, um dos edifícios da sede do PE, em Estrasburgo, foi «baptizado» com o nome Louise Weiss.

A francesa Simone Veil pode ser considerada outro dos exemplos da influência feminina na integração europeia. Veil foi eleita eurodeputada também em 1979, sendo depois eleita como Presidente do PE – naquela que foi a primeira legislatura desta instituição europeia resultante de eleições directas. Este foi um marco histórico, já que Veil foi a primeira mulher a ser Presidente do PE desde a data em que o Parlamento foi instituído, em 1952.

No entanto, a conclusão de Footitt, na corrente teórica traçada por Hoskyns, é a de que este potencial para a participação e visibilidade feminina na União Europeia não se traduz, necessariamente, numa componente prática. «In this interpretation, gender is not actually integrated in the EU so much as having a toehold in a multilevel, multi-sited polity. Women are located at the edges and borders of the EU, working hard at infiltrating their concerns out to the rest of the institutional space» (Footitt, 2002, p. 26). Além disso, a autora lembra a «invisibilidade das mulheres» nos debates sobre a teoria da integração na União Europeia. «If the EU is to be configured as a shared and inclusive cultural space, it is arguably of some importance that the insights of feminism should be seen to contribute to these dynamic analytico-normative debates of European theory» (Footitt, 2002, p. 22). Resta saber, no entanto, qual o papel e espaço que as eurodeputadas eleitas poderão ter nesta rede de sentidos, promovendo uma abordagem política genderizada. As respostas a esta incógnita são, inclusive, o objecto da análise empírica desta dissertação.

Capítulo V: Feminismos e política formal - o espaço da(s) mulher(es) nos partidos políticos modernos

Na geometria política actual do Parlamento Europeu existem sete famílias políticas (PPE, S&D, ALDE, CRE, Verdes, GUE, EFD) e um espaço previamente definido para eurodeputados “não-inscritos”. Segundo o ordenamento constituinte da instituição europeia, é necessário um número mínimo de 25 deputados e uma representação de pelo menos um quarto dos Estados-Membros para que seja constituído um grupo político oficial com assento parlamentar. No caso dos eurodeputados portugueses, apesar de provenientes de cinco partidos nacionais (PSD, PS, BE, PCP e CDS-PP), há um agrupamento em três famílias políticas europeias distintas. Enquanto PSD e CDS-PP partilham lugares no PPE – detentor da maioria parlamentar no PE –, o PS integra o S&D e o grupo da GUE acomoda o BE e o PCP. Esta divisão sofreu uma alteração, quando a Junho de 2011, o eurodeputado Rui Tavares mudou da GUE para os “Verdes”⁶.

Os trabalhos parlamentares europeus funcionam numa lógica de família política, cujas competências passam pela análise dos relatórios elaborados em sede de comissão parlamentar e pelo exercício de voto nas sessões plenárias mensais. Neste âmbito as diferenças entre partidos de cada Estado-Membro não assumem as dimensões nacionais, sendo que a maioria dos eurodeputados adoptam um posicionamento integrado na família política europeia na sua acção parlamentar quotidiana.

Não obstante, optou-se, na presente dissertação, por um breve enquadramento da questão dos feminismos e da paridade de géneros em relação aos partidos nacionais de onde provém cada eurodeputado. As razões para tal opção são variadas. Em primeiro lugar, uma vez que o *corpus* da análise empírica dos próximos capítulos está restringido às eurodeputadas e eurodeputados portugueses, torna-se importante diferenciar as raízes políticas intrínsecas à realidade nacional. O mesmo já não seria aplicável, por exemplo, numa análise transversal a deputados de várias nacionalidades, em que o enquadramento político com base na família política poderia funcionar como base de análise válida. Por outro lado, os eurodeputados portugueses são eleitos com base numa listagem de candidatura proposta por cada partido político nacional. Ao contrário de Estados-Membros como a Irlanda, em que as eleições europeias

⁶ Confrontar, por exemplo, com o artigo noticioso *Rui Tavares abandona delegação do BE no Parlamento Europeu*, do portal financeiro Dinheiro Vivo, disponível em <http://www.dinheirovivo.pt/Economia/Artigo/CIECO004432.html>

são baseadas em círculos uninominais, os partidos políticos portugueses acabam por ter bastante influência no posicionamento e identidade política dos eurodeputados eleitos em Portugal.

Na análise sobre os valores comumente conotados com a esquerda e com a direita na política europeia, Freire nota que «os partidos políticos têm geralmente associadas determinadas imagens primordialmente construídas a partir das suas opções em matéria de políticas públicas e dos grupos sociais que supostamente melhor defendem» (Freire, 2006, p. 62). Esta imagética simbólica acaba por estar disposta num eixo esquerda-direita (predominantemente essencialista), que permite gerir expectativas e percepções sociais na categorização de ideologias. Resumindo a literatura portuguesa sobre o tema, Freire conclui que «em Portugal, o esquema esquerda-direita estará muito pouco ancorado nas atitudes políticas, sobretudo as ligadas aos temas socioeconómicos e às questões associadas à «nova política»; revelam ainda que os valores morais e os religiosos são os que se encontram mais fortemente associados ao posicionamento ideológico» (2006, p. 67).

Esta reflexão acaba por ser bastante importante na questão da igualdade de géneros e no papel da mulher, uma vez que os valores religiosos católicos – religião maioritária em Portugal – são bastante explícitos no que diz respeito à atribuição da esfera privada como domínio da mulher e à subalternização desta em relação ao homem.

Na análise de Ruiz Jiménez à participação feminina nos partidos conservadores de Portugal e Espanha, existe claramente uma tendência inegável de maior participação. «This article has shown that the percentage of female participation at the decision-making level has increased notably in both the PPD-PSD and AP-PP since their transition to democracy. It has been pointed out that this trend has also characterized other conservative and rightist parties in Europe» (Ruiz Jiménez, 2009, p. 258). No entanto, e ainda segundo a autora, esta participação feminina teve maior significado no principal partido conservador espanhol do que no português, devido a mecanismos de apelo ao voto do eleitorado feminino. Ora, como o PSD constituiu Governo mais tempo do que o AP-PP, não sentiu tanto essa necessidade de “competir” pelo eleitorado feminino, através da estratégia de incorporação de mulheres em lugares de decisão política.

Por outro lado, existe também uma questão de visibilidade feminina interna, como enfatiza Ruiz Jiménez, deixando em aberto possibilidades futuras para as mulheres dentro do PSD. «Women have remained below the 15 percent threshold in the Portuguese party until very recently, and according to their own testimony, have felt pressured to «act as male politicians», being afraid of spoiling their political career if they try to press forward with gender related issues.

Female political participation within the PPD-PSD has very recently risen above this 15 percent threshold. It remains to be seen to what extent this will alter women's political behavior in the party» (Ruiz Jiménez, 2009, p. 259). Não obstante, e recorrendo a entrevistas feitas às figuras líderes dentro do PSD, cerca de 48% afirma que as mulheres social-democratas têm um papel importante na promoção de questões de género.

Continuando no que convencionalmente se denomina «direita», é importante referir o papel do CDS-PP-PP na política portuguesa, especialmente tendo em conta o seu posicionamento em termos de democracia cristã. Como nota Costa, a estratégia deste partido, à semelhança dos seus congéneres europeus da «extrema-direita pós-industrial», passa pela apropriação e re-significação de uma agenda tradicionalmente atribuída à esquerda. Nesse ponto, «o Estado Social é defendido como uma prerrogativa da democracia-cristã, de espírito reformista, «buscando respostas de base humanista e de matriz personalista», « pilar fundamental do desenvolvimento económico-social sustentável»» (Costa, 2007, p. 35), conclui a investigadora, citando os manifestos do partido de 2002 e 2005, respectivamente.

No que diz respeito especificamente às mulheres, os valores democrata-cristãos dos populares acabam por fazer corresponder o papel da mulher associado à questão da família. «A família, sobretudo a alargada, é considerada uma prioridade nacional, célula social fundamental, o que, por arrastamento, torna a luta contra a interrupção voluntária da gravidez uma batalha» (Costa, 2007, p. 36). O direito ao aborto é, aliás, uma questão fracturante entre a esquerda e a direita portuguesa. No entanto, a excepção da deputada do CDS-PP-PP, Teresa Caeiro, que no referendo à despenalização da IVG de 2007 anunciou que não votaria «não», realça a complexidade da tomada de decisão política, que não depende exclusivamente dos valores partilhados pelo partido. Esta excepção abre ainda espaço para a problematização sobre o contributo específico das mulheres na discussão das questões de género dentro do próprio partido. Tema que, aliás, já tinha sido referido por Ruiz Jiménez (2009) no que concerne às tendências internas dentro do PSD.

Ainda no que diz respeito ao papel da mulher através da óptica do CDS-PP-PP, Costa realça que, «nos programas de governo de 1999, 2002 e 2005, [este papel] é na verdade muito característico e redutor, mantendo os tradicionais preconceitos de género. O CDS-PP-PP faz bastantes alusões ao sexo feminino e às suas necessidades, mas sempre e só no papel natural de progenitora» (Costa, 2007, p. 36). A propósito deste aspecto, tenhamos presente a referência, que é feita no manifesto eleitoral de 1999, de que a prioridade dever ser dada «às medidas sociais,

físicas e laborais que possibilitem à mulher uma natural e harmoniosa conciliação dos papéis de mãe e trabalhadora» (Costa, 2007, p. 87).

A linha de pensamento direitista e a consequente apropriação do espaço simbólico da(s) mulhere(s) tem merecido a crítica de correntes feministas associadas à esquerda. A ênfase na paridade formal – por oposição à acção efectiva na sociedade civil, génese do movimento feminista – assim como a crença neo-liberal na *self-made woman* são alguns dos pontos apontados. «Pelo contexto histórico vivido, o feminismo liberal assume, actualmente, contornos «neo-liberais», que impedem a incorporação de factores de transformação social emancipatórios. O discurso neo-liberal surge, assim, na lógica individual dos percursos de cada mulher. Para que servem as lutas feministas se cada mulher pode, por mérito próprio, atingir a igualdade e o sucesso? Uma cultura de competitividade individual ganha peso, esquecendo-se as circunstâncias sociais, que podem restringir as oportunidades de cada mulher» (Tavares *et al.*, 2009, pp. 7, 8). Neste contexto, o chamado feminismo liberal acaba por cair na falácia de pensamento que corrompeu a primeira e o início da segunda vaga de feminismos. Ou seja, o campo de análise e de realidade circunscreve-se à mulher branca de classe média/alta, ignorando todas as vozes das múltiplas mulheres, com diferentes *selves* e identidades.

Neste âmbito, o estatuto de cidadania universal ligado ao feminismo liberal motiva a crítica feminista, na qual sobressaem nomes como Arnot ou Coole. O conceito de cidadão/cidadã surge, neste aspecto, como uma máscara enganadora das dissimetrias entre homens e mulheres na esfera pública e privada, desequilíbrios esses que são fruto de condicionantes culturais, de poder e de linguagem. A análise feminista tradicional realça que o acesso das mulheres à política não é, por isso, sinónimo de mudanças sociais na cultura do patriarcado. «A ideia de que o acesso das mulheres ao poder político é, por si só, um factor transformador da sociedade é outra das ideias que se mantém nesta corrente [do feminismo liberal]» (Tavares, 2009, p. 9).

No caso do PS, a igualdade de género tem sido uma bandeira eleitoral. Tomando como exemplo os anos mais recentes, foi o Governo socialista o responsável pela criação da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), através o Decreto-Lei nº 164/2007, de 3 de Maio. A nova entidade, que substituiu a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM, fundada por um Governo social-democrata), tem como missão a garantia da execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género.

Além disso, e através dos sucessivos Planos Nacionais para a Igualdade, a política defendida assenta numa base de acção de políticas públicas, promotora de estruturas formais que

favoreçam a paridade, tanto na esfera pública, como na esfera privada. No programa de Governo de 2009, por exemplo, o PS reforça o conceito de educação para a cidadania, através de diversos eixos de acção. A promoção da «utilização de linguagem não sexista nas políticas públicas» e de «acções sistemáticas de sensibilização na área da promoção da igualdade de género e da prevenção da violência de género» foram, por isso, medidas programáticas.

A par destas, foram enunciados mecanismos de apoio ao empreendedorismo feminino e à paridade de géneros no mercado profissional. Para assegurar o apoio na esfera privada, a ênfase recaiu na continuidade do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais. Outro sustentáculo de compromisso residiu na sensibilização contra a violência de género e mecânicas formais de protecção integrada das vítimas. De lembrar, ainda, que foi o partido socialista, no XIV Governo, que criou o Ministério da Igualdade, em 1999, dando relevo político a uma pasta que, tradicionalmente, recaí sobre uma secretaria de Estado.

Não obstante a manifestação de intenções em torno das questões de género e paridade de sexos, os investigadores não deixam de acentuar a discrepância entre intuítos e práticas. Nessa esteira, Ruiz Jiménez aponta explicitamente as discordâncias internas do PS, seguindo a literatura de Viegas e Faria. «Although the electoral competition with the left has been tighter lately, the Socialist Party in Portugal has been less pró-active than the PSOE in Spain during the years of its governments (1995-2002 and 2005 onwards). Leite Viegas and Faria reveal how the ideological discourse of the PS in favor of female political participation has been far from fulfilling despite the internal quotas intended for the party bodies, established at 25 percent in 1988. In fact, after having proposed new legislation that would force parties to position women on the list in such a way as to guarantee that 33 percent of those elected were women, the PS succeeded in electing only 20 percent» (Ruiz Jiménez, 2009, p. 253).

Estamos, no entanto, mais uma vez sob a lógica do feminismo liberal, assente no conceito de cidadania e da evolução formal, através de mecanismos e apoios legais, sem uma abordagem integrada que abranja igualmente uma mutação social (mesmo que este aspecto esteja, por princípio, mais presente numa política de centro-esquerda do que de centro-direita). «As discriminações salariais das mulheres em relação aos homens, apesar das leis que proíbem tal situação, têm como origem a concepção de que o trabalho da mulher fora de casa assume sempre um conteúdo suplementar no «ganha-pão» da família, assim como a crescente genderização segmentada do mercado de trabalho representa uma das falências do feminismo liberal ao

considerar que medidas legislativas sobre igualdade seriam o garante dessa mesma igualdade», sublinham Tavares *et al.* (2009, p. 7).

Resta, então, analisar as práticas da esquerda portuguesa em relação ao papel das mulheres, paridade de género e feminismos. Nesta observação é, sobretudo, importante perceber a génese marxista e a sua relação com as acções feministas. Até porque «o Partido Comunista Português emerge como o partido onde a ideologia tem o maior poder explicativo do comportamento de voto em toda a amostra», ressalva Lobo (2007, p. 265), frisando a caracterização do PCP como um dos únicos partidos comunistas ortodoxos na Europa Ocidental.

Na linha de pensamento de Marx e Engels, a questão feminina não foi esquecida. Tida como resultado de processos históricos (e não fruto de determinismo biológico), a opressão das mulheres tinha raiz na família burguesa, numa estrutura de classe que convertia a mulher em servidora e simples instrumento de reprodução. Nesta óptica, as relações de poder constroem o processo de exploração feminina. Não obstante, a corrente marxista acabou por diluir a luta feminista na luta de classes.

Em 1879, August Babel analisou a situação específica da operária à luz da teoria marxista. Em *A Mulher e o Socialismo*, o autor afirmou que o fim da alienação da mulher apenas seria possível através da revolução do proletariado, pois só assim estariam reunidas as condições para o termo do vínculo económico e regime de opressão dos homens sobre as mulheres. «Para os marxistas e os revolucionários em geral, o combate puramente feminista é um desvio burguês que impede a unidade e atrasa a revolução. Não há, por isso, um verdadeiro debate sobre a questão feminina no seio da esquerda», reflecte Navailh (1995, p. 283), referindo-se ao comunismo do princípio do século XX.

Não obstante, e à luz do pensamento contemporâneo, as ferramentas de análise marxista foram (e são) fundamentais para a luta feminista. «Para o feminismo é importante a ligação que o marxismo faz entre ideologia e interesses materiais e o seu papel na reprodução de formas específicas de relações de poder na sociedade» (Tavares *et al.*, 2009, p. 4). Pesa, no entanto, a chamada dogmatização teórica em que cai o pensamento marxista, aceitando que a simples eliminação do sistema capitalista se traduza, por inerência, no fim da opressão da mulher e do reino do patriarcado. «Considerando que a alteração das relações de produção constitui um factor essencial num caminho emancipatório das mulheres, a visão dogmática do marxismo não valorizou os contributos das feministas socialistas/marxistas que, na década de 1970 e de 1980 alertaram para o facto das relações de género assumirem uma grande importância, não só no

capitalismo como no socialismo, pois a dominação masculina continuava a fazer-se sentir nas relações de poder. Esta é de facto uma luta política e cultural a passar por medidas concretas sem tempo de espera para novas consciências sociais adquiridas ao longo dos anos» (Tavares *et al.*, 2009, p. 6). Mesmo assim, o pensamento de vozes feministas dentro da corrente comunista tem contribuído para uma maior plasticidade teórica. Autoras como Heidi Hartmann abriram esse caminho, apelando a reaproximações entre marxismo e feminismo. Uma reaproximação que ganha importância histórica, lembrando como os estudos culturais relegaram o tema da política cultural e da classe em prol de outras diferenças culturais, como o género, a sexualidade ou a raça (Silveirinha, 2004, p. 38).

Esta abertura é, portanto, um dos desafios que se colocam ao PCP, sem esquecer as posições tomadas publicamente e que foram relevantes para uma evolução do papel da mulher na sociedade portuguesa. Aliás, a base de acção na colectividade é, para as feministas de esquerda, o móbil de reivindicação feminista por excelência (e por oposição ao individualismo justificado no «mérito próprio» na teoria feminista liberal). Numa breve resenha histórica, o partido realizou, em 1986, a conferência sobre A emancipação da Mulher no Portugal de Abril e foi uma das grandes vozes a favor da IVG, a par de «lutas» históricas pelo direito ao trabalho das mulheres e ao salário igual.

Neste aspecto está igualmente o papel das «novas esquerdas», movidas também pelo objectivo de abolir a sociedade capitalista, mas manifestando, todavia, um propósito de distanciamento em relação à corrente puramente marxista. A aposta num colectivo em prol dos direitos das mulheres e na promoção de mudanças estruturais a nível social e cultural é um dos princípios pragmáticos do Bloco de Esquerda, no que toca a questões de género. Esta reconstrução discursiva da corrente política de esquerda surge como oposição ao neo-liberalismo, tal como o marxismo, embora estruturada em diferentes *praxis*.

A lealdade partidária é, muito claramente, o factor que mais directamente influencia a tomada de decisão parlamentar. Até porque, os membros de cada partido político definem-se através da percepção da sua identidade e valores em relação aos valores assumidos por um partido. «A componente partidária significa, grosso modo, que os indivíduos se posicionam à esquerda ou à direita na escala consoante se identificam com partidos de esquerda ou de direita, respectivamente», como nota Freire (2006, p. 62) será, à partida, válida tanto para eleitores como para os próprios filiados.

A pós-modernidade veio trazer uma nova claridade sobre a era moderna das «Luzes». Do conceito uno e racional da esfera pública, do processo de decisão política e da identidade, tida como categoria estável e unitária, o pensamento pós-moderno apresenta-nos um *zoon politikon* fragmentado, mutável e construído através de máscaras sociais. O processo de decisão deixa de ser visto como racional e consciente, mas influenciado nas suas múltiplas vertentes, que têm em conta a construção do *self*, mas também o ambiente da tomada de decisão política. No caso da presente análise, a *polis* europeia apresenta uma riqueza de actores e de influências muito específica, derivada igualmente do sonho da “construção europeia” e de uma identidade que se quer supra-nacional.

Durante as intervenções em plenário e no trabalho na Comissão da Especialidade, eurodeputadas e eurodeputados defendem as várias identidades que os definem e que escolhem tornar politicamente relevantes. Nacionalidade e identidade política coexistem e são, muitas vezes, contraditórias, numa equação que não pode esquecer o enfraquecimento do conceito de Estado-Nação ao longo do século XX, com a consequente perda de relevância da identidade nacional. O que se defende na esfera de todas as negociações? Quais são os interesses, identidades e papéis sociais em jogo no plenário europeu? Sem esquecer que a presença de várias nacionalidades numa mesma instituição investida de poder legislativo, na qual mulheres e homens partilham tempo de intervenção e *dossiers* de decisão, faz questionar qual a real influência do género na tomada de decisão.

Capítulo VI: Metodologias e resultados iniciais

A componente empírica da presente dissertação visa perceber até que ponto o género influencia a tomada de decisão das eurodeputadas e eurodeputados portugueses. Apesar de a categoria “género” não ser, simplesmente, bipolarizada no pólo masculino e no pólo feminino (como, aliás, a teoria *queer* o tem vindo a demonstrar), optou-se por fazer coincidir o sexo biológico (homem/mulher) à componente genderizada. Isto porque o objectivo da investigação se concentra nas visibilidades das mulheres em cenários de políticas formais, assim como na forma como os discursos produzidos no interior da esfera política são potencialmente influenciados pelo género.

Como se sublinha através do enquadramento teórico da questão, a ausência de um discurso exclusivamente feminino coloca limitações em termos de temas tratados. Ou seja, dificilmente se poderão colocar, em comparação, temáticas tradicionalmente ligadas ao feminino e tradicionalmente ligadas ao masculino, exactamente porque a investigação na temática do género desmistificou a linearidade deste pensamento. Mesmo que haja elementos comuns devido à *praxis* cultural e às percepções sociais de género, a própria sociabilização das mulheres eurodeputadas num meio tradicionalmente masculino acaba por aproximar temas políticos.

Posto isto, optou-se por uma abordagem metadiscursiva da problemática, que permite comparar o posicionamento das eurodeputadas e dos eurodeputados em relação a *dossiers* políticos onde estejam presentes questões de género. Em termos de política europeia, a selecção foi feita tendo em conta temas como a desigualdade económica, laboral e social entre géneros, como tópicos que predominantemente são trabalhados no cerne do Parlamento Europeu, especialmente através da Comissão Parlamentar para os Direitos das Mulheres e Igualdade de Género (FEMM).

A partir do trabalho parlamentar produzido por cada eurodeputado, o *corpus* em análise na dissertação constitui-se, numa primeira parte, pelas declarações de voto produzidas por eurodeputadas e eurodeputados eleitos por Portugal, nos dois primeiros anos de trabalho da presente legislatura parlamentar 2009-2014⁷. O critério de escolha partiu, principalmente, de uma base de trabalho que permitisse uma comparação directa entre parlamentares. Segundo as regras

⁷ Consideram-se como ano de trabalho parlamentar o período compreendido entre Setembro e Julho.

de funcionamento do PE, qualquer eurodeputado poderá justificar o sentido de voto expresso em sessão plenária, num registo acessível ao público. Esta igualdade de oportunidades permite que, em teoria, cada deputado possa sublinhar os aspectos mais pertinentes de um dado relatório submetido a votação (e.g., aspectos económicos, políticos, implicações de género). Desta forma, há uma certa liberdade de procedimentos para que cada actor político possa expressar vertentes da sua identidade social, fazendo-as corresponder os aspectos que – consciente ou inconscientemente – são definidos como politicamente relevantes pelo próprio.

De salientar que o deputado Rui Tavares foi analisado na categoria de independente, apesar de ter sido eleito em lista do Bloco de Esquerda. Mesmo tendo em conta que a maioria das suas declarações de voto foram produzidas enquanto membro do Bloco de Esquerda (embora com categoria de independente vinculado ao BE), o deputado rescindiu formalmente com o partido no início do Verão. Uma vez que os processos identitários não se resumem a um ponto único no devir dos indivíduos sociais, como foi sublinhado no enquadramento teórico da presente tese, não é possível precisar o começo da cisão entre o deputado e o partido português responsável pela sua eleição. Devido a tal facto – e por uma questão de coerência analítica, já que na descrição da presença portuguesa Rui Tavares é categorizado como independente – toda a sua produção de declarações de voto foi analisada de forma independente dos restantes deputados do BE.

Numa segunda parte, privilegiou-se a auto-representação dos parlamentares e a sua narrativa sobre visibilidades femininas no Parlamento Europeu. Numa componente meramente ilustrativa, que não pretende servir de amostragem científica à totalidade da análise, recolheu-se o depoimento de três eurodeputados que actualmente exercem mandatos no Parlamento Europeu.

VI. 1. Técnicas, fontes e temas

Através do tratamento estatístico de dados relacionados com a presença de mulheres e homens eleitos como deputados no Parlamento Europeu, chegou-se a uma grelha de análise da visibilidade feminina no hemiciclo de Bruxelas. A distribuição de lugares por partido político português, assim como a comparação entre médias de idade e formação académica, são os dados analisados de forma a compor a análise genderizada da representação portuguesa no PE.

No que diz respeito às declarações de voto, foram analisadas 4999 tomadas de posição, correspondentes à totalidade das declarações formalmente produzidas pelos 22 eurodeputados

portugueses que actualmente exercem o mandato no PE. De realçar que, devido à liberdade de escolha de cada eurodeputado sobre o número de declarações de voto elaboradas, há discrepâncias quanto ao número de declarações de voto, variando entre 0 (no caso da eurodeputada socialista Ana Gomes) e 749 (eurodeputado popular Diogo Feio). Apesar disso, entende-se que esta base de trabalho adquire maior legitimidade numa comparação igualitária do trabalho parlamentar entre deputados. Ao contrário dos Relatórios, que são atribuídos através de um processo de negociação entre famílias políticas, ou das Declarações Escritas e Propostas de Resolução, muitas vezes elaboradas por um colectivo, as declarações de voto são individuais e podem ser expressas para qualquer relatório em votação.

Numa análise quantitativa deste *corpus* de trabalho, foram seleccionadas as declarações de voto que fazem menção a problemáticas de género e desigualdade entre sexos⁸. Posteriormente, foram contabilizadas, nas declarações de voto de cada eurodeputado, referências vocabulares a questões de género, mas também referências económicas, laborais e nacionais. O objectivo passa por analisar a problematização política do género, quando comparada com tópicos centrais da política comunitária (economia e emprego), mas também com a identidade nacional manifestada por cada um dos parlamentares.

Para cada conjunto de declarações de voto (*subcorpus* agregado tendo como referência o individuo produtor do discurso), foram usadas quatro grelhas de comparação do discurso, através dos quais foram contabilizadas ocorrências de palavras e a sua percentagem em relação ao total de palavras existentes no discurso. Optou-se por reduzir o quadro de palavras analisadas a palavras-chave de cada um dos aspectos analisados (visibilidade feminina, economia, emprego e nacionalidade), cujo significado não se alterasse em função do contexto⁹:

Código 1: “mulher”; “mulheres”; “feminino”; “feminina”; “femininos”;
“femininas”; “feminista”; “feministas”

Código 2: “Portugal”; “portugueses”; “portuguesas”

Código 3: “economia”; “económico”; “finanças”; “financeiro”; “financeira”

Código 4: “emprego”; “empregos”; “laboral”; “laborais”; “salário”; “salários”;
“trabalhador”; “trabalhadora”; “trabalhadores”

⁸ Em anexo.

⁹ A título de exemplo, a palavra “género” não foi usada nas grelhas de codificação pela sua polissemia contextual (e.g., “desigualdade de géneros” ≠ “géneros alimentícios”).

Num segundo momento, e só a partir do *subcorpus* seleccionado de declarações de voto referentes a género, foram distribuídas as declarações por tema tratado. No caso das entrevistas, optou-se pelo modelo de entrevista aberta. Em função do objectivo – adicionar uma vertente ilustrativa de auto-representatividade pelos próprios actores políticos – considerou-se mais frutífera uma entrevista orientada mas não fechada, para permitir que cada entrevistado salientasse os pontos mais relevantes da problemática da visibilidade das mulheres no Parlamento Europeu. Neste contexto, foram entrevistadas as eurodeputadas Ilda Figueiredo (PCP, GUE) e Graça Carvalho (PSD, PPE), assim como o eurodeputado Carlos Coelho (PSD, PPE). O objectivo na escolha dos entrevistados passou por garantir a pluralidade das contribuições, assegurando depoimentos de várias famílias políticas europeias, mas também uma visão dos dois géneros. Embora o modelo seja o da entrevista aberta, foram focados cinco temas centrais: feminismos; desigualdade de géneros na política; quotas para a presença mínima dos sexos nas listas de candidatura a cargos políticos; potencial do PE para a visibilidade de questões de género; posição pessoal do entrevistado em relação a questões de género.

VI. 2. Visibilidades femininas: apresentação de dados

Analisando a participação portuguesa no Parlamento Europeu, em termos de distribuição entre homens e mulheres, verifica-se que a percentagem de ambos os sexos é idêntica à totalidade do Parlamento Europeu. O rácio 65%/ 35% (homens/mulheres) do plenário europeu é até ligeiramente mais equilibrado na dimensão portuguesa, cuja distribuição se situa em 63,5%/ 36,6% (ver quadro 2, em anexo). Note-se, no entanto, que, em ambos os planos, o número de lugares ocupados por mulheres rondam o que usualmente se define como quota política para um mínimo de participação dos diferentes géneros. Ou seja, a participação efectiva não vai além de uma quota obrigatória prevista em vários dos Estados-Membros. O caso é evidente no cenário português: o patamar mínimo obrigatório de presença nas listas de candidatura é de 33 por cento (segundo o ordenamento jurídico nacional) e a presença de mulheres eleitas ronda esse valor.

Numa análise partidária (com referência aos partidos nacionais com deputados eleitos e não às famílias políticas), os partidos de extrema-esquerda, PCP e BE, são os que apresentam uma maior paridade de representação (ver gráfico 2). Note-se, no entanto, que estes dados são analisados à luz da recente desvinculação do deputado Rui Tavares do BE e consequente afirmação como candidato independente. Após esta mudança, o BE passou a contar com uma perfeita paridade de representação por sexos (50%/50%), à semelhança do PCP. A representação

parlamentar mais desequilibrada diz respeito ao CDS-PP, cujos dois eurodeputados eleitos são do sexo masculino. No entanto, o PSD, partido com mais mandatos nas últimas eleições europeias, também tem um desequilíbrio em termos de género, com 62,5% de homens e 37,5% de mulheres. Desta forma, podemos verificar diferenças, ao nível da paridade, entre partidos de direita e partidos de esquerda.

Por outro lado, existem igualmente traços distintivos em termos de habilitações literárias. No global, as mulheres eurodeputadas portuguesas têm mais habilitações literárias do que os eurodeputados (quadro 2). Quatro em oito eurodeputadas possuem um grau de Doutoramento, sendo que duas completaram um Mestrado e outras duas um curso de Licenciatura. No caso dos eurodeputados, o panorama é diferente: a maioria (64,3%) apenas possui como habilitações literárias o grau de Licenciatura. Há, no entanto, no global dos eurodeputados, dois Doutoramentos, dois Mestrados e um eurodeputado doutorando. Em termos de áreas de estudo, a economia e o direito são cursos privilegiados nos dois grupos (homens/mulheres), apesar da maior variedade de *backgrounds* académicos dos eurodeputados.

A média de idades das eurodeputadas é superior à média masculina, com 53,4 anos contra 49,1. Aliás, o membro português mais novo no PE é o deputado João Ferreira, seguido da deputada Marisa Matias. Por grupos parlamentares, o PS e o BE são excepção à tendência, já que os eurodeputados têm uma média de idades superior às eurodeputadas. A maior polarização de idades acontece no PCP, onde a única eurodeputada tem uma idade bastante superior (62 anos) ao eurodeputado comunista (32).

Por fim, a comparação em termos de tradição parlamentar no PE revela que os eurodeputados portugueses desta legislatura são mais inexperientes do que as eurodeputadas. A percentagem de mulheres que tinha cumprido mandatos anteriores no PE é de 50 por cento, por oposição aos 21,4% de eurodeputados com experiência prévia. Os partidos de direita (PSD e CDS-PP) são os principais responsáveis por novos deputados no PE. Do grupo de 10 parlamentares social-democratas (homens e mulheres), nove são inexperientes como membros do Parlamento Europeu.

A análise estatística tem como objecto empírico as declarações de voto dos eurodeputados portugueses. Ao todo, foram analisadas 4999 declarações de voto, que correspondem à produção dos 22 eurodeputados portugueses. Uma vez que as declarações de voto não são obrigatórias, o número de declarações de voto é variável e corresponde a decisões em plenário que os eurodeputados optaram por destacar. Já que os assuntos em realce resultam de escolhas e

estratégias de cada parlamentar, poderão ser traçadas analogias com aspectos de identidade e de importância dada por cada um às questões de género.

Das 4999 declarações de voto, 171 focaram assuntos ligados ao género, ao desequilíbrio entre homens e mulheres em determinadas áreas, à discriminação de mulheres ou à violência sobre mulheres (quadro 3, em anexo). Estas referências foram validadas pela presença destes temas, sendo indiferente que os assuntos em causa representem um papel principal ou secundário da declaração de voto em causa. Mas este número global esconde diferenças importantes entre partidos políticos e, também, entre eurodeputadas e eurodeputados.

As eurodeputadas têm um maior número percentual de declarações de voto associadas a questões de género (4,7% contra 2,9% no caso dos eurodeputados, com base no número total de declarações de voto expressas por cada um dos sexos). Não obstante, e em termos percentuais, o deputado independente Rui Tavares acaba por ter o destaque: em três declarações de voto apresentadas, numa existe uma referência a questões de género (a referência ao desemprego entre as mulheres, na Turquia), o que perfaz uma percentagem de 33,3% (a maior, em termos individuais, no total dos 22 eurodeputados analisados). A deputada Marisa Matias (BE) surge de seguida, com 23,1% de declarações de voto com referências a questões de género.

Por partido, o BE surge destacado, com 16,3% de declarações de voto relacionadas com esta temática (de um total de 92 declarações de voto expressas). Mas, no geral, a extrema-esquerda assume um papel fundamental na visibilidade das questões de género, já que o PCP é o segundo grupo político que, em média, mais ênfase coloca nestes temas nas suas declarações de voto (4,2% de 636 declarações). Do lado oposto, os deputados do CDS-PP (o único partido sem representação feminina no PE) são aqueles que menos abordam questões de género (2,6% de um total de 1409 declarações de voto). Quanto ao PSD e PS, apresentam uma média de 3,3% (2171 declarações de voto) e 3,1% (688 declarações de voto), respectivamente.

Analisando os contributos das eurodeputadas em questões de género, numa divisão por partido, os partidos de extrema-esquerda continuam em destaque, com o contributo da deputada comunista Ilda Figueiredo e da deputada bloquista Marisa Matias (6,9% e 23,1%). As deputadas socialistas são as que menos enfatizam as questões de género, mas tal poderá ser explicado porque apenas a deputada Edite Estrela apresenta um número abundante de declarações de voto (334), enquanto a deputada Ana Gomes optou por não apresentar declarações de voto e a deputada Elisa Ferreira apenas apresentou uma declaração, durante dois anos, relativa a questões

ambientais. As deputadas social-democratas apresentam uma percentagem de 3,9% de declarações de voto onde há alusão a questões de género.

Do lado masculino, o deputado João Ferreira (PCP) tem a percentagem mais baixa de declarações de voto com referências a questões de género (1,6%), o que se diferencia bastante da tendência demonstrada pela deputada Ilda Ferreira, do mesmo partido. Ou seja, as questões de género surgem, neste caso, de forma independente à orientação partidária, havendo uma diferença quer ao nível dos próprios indivíduos, quer relativamente ao sexo do eurodeputado. Mas também os homens eurodeputados do CDS-PP e do PSD têm resultados bastante baixos no que diz respeito a darem visibilidade às questões de género (2,6% e 2,9%, respectivamente). No plano oposto, os deputados do PS apresentam mais declarações de voto (3,7 por cento) do que as colegas do mesmo partido. Mas também os deputados Miguel Portas (BE) e Rui Tavares (independente) se destacam, com as maiores percentagens (11,3% e 33,3%, respectivamente).

De seguida, foram analisadas as referências, em vocábulos específicos, relativas a diversos temas. Foi feita uma análise da frequência de palavras (segundo o esquema de codificação apresentado na primeira parte do presente capítulo), agrupadas em quatro universos distintos: género, nacionalidade, economia e emprego (quadro 4/gráfico 4, em anexo). Além da frequência absoluta de cada conjunto de palavras codificadas, a informação em anexo reflecte também a cobertura de cada codificação no total de palavras utilizadas nas declarações de voto, por cada um dos parlamentares.

Da observação dos dados, note-se o pendor tradicionalmente economicista e laboral da União Europeia, já que o grupo de palavras ligado a estes dois eixos (economia e emprego) assume maior preponderância no conjunto das referências analisadas.

As maiores referências às palavras da codificação 1 (questões de género, por percentagem do total de vocábulos usados) ocorrem nas declarações de voto das eurodeputadas, por oposição ao discurso dos deputados. As mulheres eurodeputadas têm uma componente discursiva ligada ao género maior do que a dos homens eurodeputados, tanto na comparação simples homens/mulheres, como em comparações por partido. O que demonstra que a visibilidade para questões de género é mais forte no discurso das eurodeputadas, independentemente da sua orientação partidária.

Contudo, na análise partidária, os resultados demonstram ainda que não se podem traçar linearidades na oposição esquerda-direita. A única mulher deputada do BE (Marisa Matias) é

quem tem uma maior percentagem de referências englobadas na codificação 1, mas o “lugar” seguinte é ocupado pela média de referências no discurso das eurodeputadas social-democratas (Maria do Céu Neves, Maria Graça Carvalho e Regina Bastos). Em termos dos totais partidários e por percentagem, o BE foi o maior produtor de referências discursivas relacionadas com visibilidades femininas. No espectro oposto, o PS foi quem produziu menores referências (até porque os eurodeputados socialistas são aqueles que menos lançaram declarações de voto oficiais, o que pode contribuir com alguma distorção nos resultados finais), seguido do CDS-PP (grupo parlamentar sem presença feminina).

No que diz respeito às restantes codificações, a alusão a palavras ligadas à economia (codificação 3) é essencialmente masculina. A análise por sexo e por partido demonstra que, em todas as comparações, os homens utilizam mais nas declarações de voto vocabulário ligado à economia, com excepção do PCP (neste caso, a percentagem de referências económicas dos dois deputados é exactamente igual).

No caso das referências laborais (codificação 4) não se observam padrões ancorados em diferenças de género. Apesar de, no total, as eurodeputadas terem uma média de referências laborais superiores à dos eurodeputados, essa relação varia de partido para partido.

As referências nacionais (codificação 2) são uma componente residual das palavras usadas nas declarações de voto. O que significa que a menção a Portugal, embora possa ser um elemento de tomada de decisão, não é usado objectivamente como justificação de voto. A diferença na produção discursiva associada à nacionalidade portuguesa é semelhante em ambos os sexos (uma média de 0,05% para as eurodeputadas e 0,04% para os eurodeputados), embora haja diferenças relacionadas com a orientação partidária. Tal como no caso das referências laborais, o PCP é o partido com mais referências discursivas a Portugal.

Na comparação entre todas as referências codificadas (gráfico 4), o grupo vocabular associado à codificação 2 é o que tem menor expressão, seguido do género (codificação 1). As palavras relacionadas com economia e emprego são as mais usadas nas declarações de voto. Mas há excepções:

- o deputado independente Rui Tavares apenas tem referências a visibilidades femininas, já que as suas declarações de voto não versam sobre temas económicos, laborais ou nacionais;

- a deputada bloquista Marisa Matias, apesar de ter referências nas quatro codificações, tem uma maior percentagem de palavras relacionadas com visibilidade feminina (0,65% do total de palavras usadas nas declarações de voto);
- o deputado bloquista Miguel Portas tem a sua segunda maior frequência discursiva em questões de visibilidade feminina, tendo em conta as quatro codificações comparáveis.

VI. 2. 1. Temas e conteúdos das declarações de voto

Foi igualmente objectivo desta dissertação a análise temática das declarações de voto onde as questões de género estão presentes, na produção parlamentar dos eurodeputados e eurodeputadas portuguesas. Para tal, foram analisados os temas presentes em cada declaração de voto, procedendo-se a uma grelha esquemática (ver quadro 5, em anexo) com base nos temas mais predominantes ou, em alternativa, que causam maiores fracturas em termos de posicionamento dos parlamentares em questões de género. São exemplo disso a interrupção voluntária da gravidez ou a presença de quotas mínimas com base no género. Estes tópicos, embora menos frequentes do que questões laborais, são relevantes para perceber o posicionamento político com base no género dos eurodeputados e a influência da orientação política.

No quadro 5, as duas primeiras colunas dizem respeito ao relatório sobre o qual foi produzida a questão de género e avaliam se o documento foi elaborado especificamente sobre uma questão de género ou não. Por exemplo, relatórios sobre as questões de política externa e relação com países terceiros são classificados como «não-específicos sobre questões de género», embora o eurodeputado em questão tenha mencionado uma questão de género na sua declaração de voto. As restantes colunas dão conta dos temas que cada eurodeputado/eurodeputada focou. Daí que em cada declaração de voto possa existir mais do que um tema tratado. A categoria «outros» engloba referências genéricas a desigualdade de géneros (não especificando temas concretos associados) ou temas com menor frequência, como o da velhice ou da saúde.

É necessário ter ainda atenção que, nos casos da eurodeputada Marisa Matias e do eurodeputado Miguel Portas (ambos do BE), existem declarações iguais em algumas das matérias relevantes para a presente análise. Uma vez que as declarações correspondem à posição política

(e, consequentemente, pública) de cada um deles, como sujeitos políticos e produtores de práticas discursivas, optou-se por contabilizar estes temas para ambos.

Como resultados da análise temática, é evidente que a desigualdade é uma preocupação expressa por todos os eurodeputados e eurodeputadas portugueses que fizeram declarações de voto em redor dos temas de género. Independentemente da cor política ou do sexo, é assumida uma desigualdade entre homens e mulheres, tanto em temas laborais, como sociais, económicos e em termos de alvos de violência. *«No seu relatório sobre a Igualdade entre homens e mulheres na UE - 2009, a Comissão Europeia salienta que a conciliação da vida familiar e profissional, a segregação profissional e sectorial, as diferenças salariais e a baixa taxa de emprego feminino constituem as principais disparidades entre os dois sexos. Estas disparidades entre homens e mulheres são particularmente exacerbadas no contexto da actual crise económica, financeira e social»*, afirma a eurodeputada Regina Bastos (PSD; ver declaração completa, em anexo, assim como a referência ao relatório votado¹⁰).

Outro exemplo é dado pelo eurodeputado Luís Paulo Alves (PS): *«[...] Considero o presente relatório um contributo indispensável no respeitante à discriminação do sexo feminino e à superação dos graves obstáculos relativos à igualdade entre géneros. Considero que este terá um impacto importante na superação das seculares barreiras entre géneros, criando uma sociedade mais justa e igualitária»*. Ou, ainda, por Ilda Figueiredo (PCP): *«Embora o relatório seja genericamente positivo, em diversos pontos poderia ter ido mais longe, designadamente quanto à análise das causas da dupla discriminação de que são vítima milhões de mulheres na União Europeia, o que se agrava quando são idosas: mulheres migrantes, deficientes, pertencentes a minorias, com baixas qualificações. [...] Por isso, continuaremos a pugnar por políticas que valorizem o papel das mulheres e respeitem integralmente os seus direitos»*.

Por tema, as questões laborais (e consequentes desigualdades) são os tópicos mais frequentes, reflectindo as raízes económicas da UE e a maioria das matérias da sua competência. O discurso comunista, no qual a questão do proletariado é lugar assente, é particularmente assertivo sobre a falta de paridade entre homens e mulheres no campo laboral. *«Consideramos positivos todos os passos dados em torno da igualdade entre homens e mulheres, mas não podemos dissociar a questão da igualdade da realidade laboral, sobretudo tendo presente a actual crise económica e social cujas consequências recaem sobretudo na vida das trabalhadoras e*

¹⁰ Todas as declarações de voto analisadas sobre questões de género poderão ser consultadas em anexo.

trabalhadores, agudizando as diferenças já existentes» (Ilda Figueiredo, PCP). Mas a chamada de atenção é feita igualmente do outro lado do espectro político. «Penso que todos deveríamos contribuir para que as mulheres competentes e qualificadas acedam a lugares que lhes são actualmente de difícil acesso, suprimindo os obstáculos e as desigualdades que persistem entre homens e mulheres e que impedem as últimas de progredir nas suas carreiras» (Nuno Melo, CDS-PP). A questão do trabalho assume ainda contornos especiais no tema das licenças de maternidade. «Neste aspecto, defendo que se devem reduzir as assimetrias entre os homens e as mulheres e promover uma conciliação equilibrada da vida profissional com a vida familiar e privada. Só assim haverá o fomento de uma parentalidade com responsabilidades partilhadas. Partindo deste pressuposto, considero que o alargamento do prazo da licença de maternidade para 20 semanas, das quais 6 semanas serão obrigatoriamente após o parto, conforme proposto pela relatora, é um período adequado, havendo a possibilidade de este ser partilhado entre os pais», comenta Carlos Coelho (PSD), sobre o relatório da eurodeputada portuguesa Edite Estrela (PS).

A posição contra a violência de género é outra das temáticas que ganha consenso no Parlamento Europeu, pela voz dos eurodeputados e eurodeputadas portuguesas. A questão é colocada tanto em termos de violência doméstica, como também em matéria de avaliação de relações externas e recomendações do PE em relação a situações específicas internacionais. A eurodeputada Regina Bastos (PSD), no entanto, acaba por ressaltar também a questão da violência em Portugal, cruzando visibilidades femininas e identidade nacional: *«Neste domínio, a situação é preocupante em Portugal. O número de crimes de violência doméstica registados pela APAV aumentou 9% face ao mesmo período de 2008. Segundo a APAV, os maus-tratos físicos e psíquicos, ameaças e crimes sexuais registaram o maior aumento face a 2008. Este ano, em Portugal, já morreram 26 mulheres, vítimas de violência doméstica. Todavia, a grande maioria dos actos de violência continua a não ser denunciada por medo e vergonha»*. Nesta perspectiva da violência, existe uma associação (consciente ou inconsciente) da mulher ao papel de vítima.

Na actual conjuntura económica, os parlamentares portugueses apontaram também, ao longo dos dois anos em análise, a forma como a crise acaba por afectar de forma particular as mulheres. *«No actual cenário de crise económica mundial que veio agravar a problemática social, o risco de discriminação de género constitui uma ameaça real à consolidação de uma Europa desenvolvida, justa e equitativa. [...] A situação de maior debilidade das mulheres revela-se ainda mais evidente na inaceitável discriminação salarial e no que se refere ao acesso e à progressão no*

trabalho, seja na esfera do sector privado, seja no serviço público e mesmo na política», sublinha José Manuel Fernandes (PSD). Mas também Maria do Céu Patrão Neves (PSD), por exemplo, destaca problemas idênticos: «A actual situação de crise generalizada que vivemos afecta a maioria dos cidadãos europeus, mas mais gravemente as mulheres. Neste contexto, é de requear que as grandes, mas paulatinas e dolorosas, conquistas que as mulheres conseguiram na UE possam sofrer um recuo substancial o que, para além de obviamente as afectar de forma directa e injusta, afectaria também as nossas sociedades, que são sempre mais saudáveis e com mais sólidas perspectivas de desenvolvimento quando asseguram a igualdade de género».

Relacionada com estas questões, a problemática da pobreza no feminino tem também sido chamada ao PE. Nas palavras de Marisa Matias (BE), *«A pobreza feminina é não só o resultado da recente crise económica, mas também a consequência de outros factores resultantes de estereótipos discriminatórios em razão do género, de disparidades salariais entre homens e mulheres, de obstáculos à boa conciliação da vida familiar com a vida profissional, particularmente grave no caso das famílias monoparentais, resultando num efeito de feminização da pobreza que urge combater».*

Se, em questões laborais e de violência sobre as mulheres, o tom e as posições assumidos pelos eurodeputados são semelhantes, o mesmo não se verifica em relação às quotas com base no género e à IVG. No entanto, estas posições opostas não se verificam em função do sexo do eurodeputado, mas sim do seu posicionamento político (que reflecte também o posicionamento pessoal).

A comprová-lo, Maria do Céu Patrão Neves (PSD) mostra-se contra a imposição de quotas nas empresas. *«Não sou simpatizante de um sistema de quotas. Neste sentido, apoio a Comissão Europeia que, recorrendo tão só a medidas voluntárias e de auto-regulação, se pronunciou a favor da promoção da presença de mulheres no seio dos conselhos de administração, tendo por objectivo atingir 30% de mulheres nos conselhos de administração até 2015 e 40% até 2020».* Uma opinião partilhada por Maria da Graça Carvalho, eurodeputada da mesma bancada parlamentar. Mas também os homens eleitos por partidos de direita discordam deste tipo de mecanismos para instaurar, de forma artificial, uma maior paridade de géneros. *«Como por diversas ocasiões tive oportunidade de dizer, as quotas, em meu entender, apenas diminuem as mulheres, ao invés de lhes garantirem condições iguais de acesso à profissão, aos cargos públicos ou aos lugares de direcção e liderança empresarial. Continuo a entender que devemos antes lutar para que, para uma mulher, no século XXI, a escolha não continue a ter que ser entre a maternidade e a carreira,*

entre a família e o trabalho e entre os filhos e um cargo público ou de liderança empresarial» (Diogo Feio, CDS-PP).

Do lado da esquerda, o tema das quotas não foi, por norma, usado como tomada de posição política. A exceção, no entanto, pertence a Edite Estrela (PS) que mencionou uma única vez o tópico, ao longo do período estudado: *«Votei favoravelmente este relatório por defender um conjunto de propostas para aumentar o número de mulheres em cargos de liderança, através da apresentação de legislação, por parte da Comissão Europeia, incluindo a introdução de quotas. Torna-se fundamental a implementação destas medidas até 2012, para que seja possível alcançar os objectivos de aumento da representatividade das mulheres nos órgãos dirigentes das empresas em 30% até 2015 e em 40% até 2020»*.

Já a IVG foi assumida como tema fracturante entre a esquerda e a direita parlamentar, servindo até como argumento para a rejeição de relatórios. *«Devo, também, salientar que nesses países se deve continuar a preservar e a incentivar a natalidade, não devendo para isso ser fácil a interrupção voluntária da gravidez. Sendo certo que devemos respeitar os direitos das mulheres, a prática recorrente da interrupção da gravidez não deverá ser o principal controlador da natalidade. Daí o meu sentido de voto»*, explica, em declaração de voto, Nuno Melo (CDS-PP), o deputado que mais vezes referiu o tema de IVG no corpus estudado. Uma opinião partilhada José Manuel Fernandes, Mário David, Maria do Céu Patrão Neves, Regina Bastos, Paulo Rangel e Carlos Coelho (todos deputados do PSD). Este último faz questão de sublinhar a divisão que o tema merece em posicionamentos partidários: *«No dia 8 Março, Dia Internacional da Mulher, felicito a Deputada Mariya Nedelcheva pelo seu relatório sobre a Igualdade entre Homens e Mulheres. Lamento que também aqui a esquerda parlamentar tenha introduzido a polémica do aborto à revelia do que são as competências comunitárias»*.

No lado oposto, a extrema-esquerda foi deixando clara a importância da IVG como direito da mulher em questões sociais e de sexualidade. *«[O relatório] Reconhece a necessidade de as mulheres terem o controlo dos seus direitos sexuais e reprodutivos, designadamente graças a um acesso facilitado à contracepção e ao aborto. Condena ainda toda a violência contra as mulheres. É, infelizmente, um relatório necessário neste dia 8 de Março de 2011»* (Marisa Matias, BE). Os dois eurodeputados do BE e Ilda Figueiredo (PCP) manifestaram, em declarações de voto, uma posição favorável à IVG.

Numa análise por género dos eurodeputados, verifica-se uma distribuição semelhante dos temas, quer se trate de homens parlamentares ou mulheres. Apesar de alguma diferença em

termos absolutos (que se explica pelo maior número de declarações de voto sobre questões de género dos eurodeputados homens), a frequência dos temas é relativamente idêntica, mostrando a transversalidade dos ângulos com que as questões de género foram tratadas pelos parlamentares portugueses.

Há, no entanto, duas excepções, que funcionam mais numa lógica individual do que de grupo. A eurodeputada Graça Carvalho (PSD) faz a única menção a desigualdades de género na esfera política, no total do *corpus* de análise. Não deixa de ser relevante, para a análise, que a subdimensão da presença feminina nos parlamentares (inclusive o PE) passe despercebida nas questões assentes em declarações de voto. Mesmo a referência de Graça Carvalho é feita numa apreciação em matéria de política externa e não como exercício auto-reflexivo dentro da EU: *«Congratulo-me com os progressos efectuados no domínio dos direitos da mulher e da igualdade de género, pois cerca de 25 % dos assentos parlamentares, bem como quase metade dos cargos administrativos no sector público, são ocupados por mulheres, o que demonstra os progressos na via da igualdade de género. No entanto, a percentagem de mulheres em cargos de direcção empresarial permanece baixa e persistem as diferenças salariais entre géneros»*.

Já o eurodeputado Digo Feio é o único que ressalva explicitamente que determinado assunto económico não pode ser abordado como questão de género: *«O trabalho precário não é um problema de género – embora se possa fazer sentir com particular incidência entre as mulheres – e qualquer visão que pretenda reduzir a sua dimensão a uma questão de género é redutora»*.

Por fim, uma última nota em relação à distribuição espacial das declarações de voto. É importante referir que uma parte importante das declarações de voto relacionadas com questões de género foi feita por ocasião do Dia Internacional da Mulher. Sendo certo que, por uma questão de agenda política, o PE agendou a votação de relatórios desta temática para esta data, por uma questão de simbolismo e visibilidade feminina, fica em aberto se a opção por declarações escritas sobre o tema do género foi também uma estratégia de visibilidade feminina dos eurodeputados e eurodeputadas ou uma forma de recurso ao «politicamente correcto».

VI. 3. 1. A presença portuguesa no PE, na primeira pessoa

A presente dissertação conta também com a contribuição, em discurso directo, de três eurodeputados portugueses (ver entrevistas na íntegra, em anexo). Questionados, em entrevista presencial e formato aberto (através do qual se privilegiaram temas constantes, mas de forma

flexível), a eurodeputada Ilda Figueiredo (PCP), Graça Carvalho e Carlos Coelho (ambos do PSD), deram o seu contributo sobre a presença de mulheres eurodeputadas no PE, mas também sobre a influência do género na tomada de decisão ou as desigualdades actuais entre homens e mulheres, em diversos domínios. Como já foi referido, as entrevistas visam dar um contributo qualitativo à presente análise, embora sem a pretensão de adquirir uma amostra representativa do conjunto de eurodeputados e eurodeputadas portuguesas. Esta foi a opção escolhida, em prol da indisponibilidade demonstrada por vários eurodeputados e eurodeputadas para uma entrevista presencial sob a temática do género e visibilidades femininas no PE. Mas também porque o contributo, ainda que não representativo, de alguns eurodeputados, permite construir novas perspectivas e sentidos em torno do tema da presente dissertação.

Os três entrevistados concordaram com a diferente dimensão que cada género (assumido pelos eurodeputados) representa no decorrer do trabalho parlamentar. A questão é sobretudo vincada pelas eurodeputadas entrevistadas, que assumem como sua responsabilidade a defesa dos direitos das mulheres. *«Creio que a vida longa que tenho como política também está ligada a esta luta pelos direitos das mulheres e pelo incentivo à sua participação na vida política e social do país. [...] Porque se andava a incentivar outras mulheres a seguir a vida política, não podia deixar de dar o exemplo. E essa é uma das razões que leva a que ainda hoje tenha essa participação activa na vida política, na dimensão e europeia»*, afirma, em entrevista, Ilda Figueiredo. A deputada comunista acrescenta ainda a própria luta e do seu grupo político (GUE) *«para que a presença do género esteja presente em todas as políticas, incluindo orçamentais, financeiras, económicas»*.

Graça Carvalho assume igualmente o género como factor de influência da decisão política. *«Em todas as matérias poderá haver uma influência. [...] Ou seja, existe sempre essa dimensão [de género]. Tudo o que aprovamos no Parlamento Europeu não existe separado das pessoas, e mais de metade das pessoas são mulheres. Eu tenho que ter isso em consideração e tenho sempre isso em consideração»*. Questionada sobre se sente uma responsabilidade acrescida de defender os direitos das mulheres, a deputada do PSD não tem dúvidas: *«Sim, acho que há uma responsabilidade acrescida. E uma dificuldade acrescida»*. Portanto, ambas as eurodeputadas acabam por definir as questões de género como um elemento da sua identidade política.

Carlos Coelho não partilha esta dimensão, embora faça questão de salientar a perspectiva de género nos *dossiers* políticos do PE. *«De uma forma geral, todas as políticas podem ter uma expressão de género. Se temos que meter as mulheres em tudo? De uma forma absurda terei que*

dizer que não. Agora, se nós virmos as realidades concretas, somos despertos para a evidência de que as mulheres estão na primeira fila em muitas dessas dimensões». O mesmo deputado admite ser «natural» que se criem situações de cumplicidade entre mulheres *«e haja maior proximidade em questões de género, comparado com os homens».*

Para as duas eurodeputadas, estas alianças acabam por surgir como resultado da maior presença masculina. *«Há uma certa solidariedade [entre mulheres]. Tal como a nacionalidade também pode ser um ponto de união. Mas acho que os homens também fazem isso entre eles. Boy network...»* (Maria Graça Carvalho).

A desigualdade entre géneros no meio político e na sociedade em geral é ponto assente no discurso dos três eurodeputados. No entanto, Carlos Coelho é mais optimista do que as duas eurodeputadas do sexo feminino, ao considerar que as discrepâncias entre homens e mulheres na vida política são, sobretudo, uma «questão geracional». E considera até que, em Portugal, *«é mais fácil uma mulher com vontade ser deputada, do que um homem»*, devido à lei da paridade. Nas palavras de Ilda Figueiredo, *«continua este processo de dificuldade de acesso das mulheres a cargos de chefia, de direcção, de promoção nos diversos níveis, designadamente no político (mas não só)».* Graça Carvalho corrobora: *«há mundos em que o caminho das mulheres tem sido difícil. Um deles é a ciência. Mas também a política e aí porque todas as regras são feitas por homens».* Mesmo assim, a eurodeputada acredita que as assimetrias de género no mundo político são mais fáceis de mudar do que no mundo científico, já que a investigação tem exigências específicas.

As quotas no mundo político foram implementadas como forma artificial de promover representação das mulheres no PE. Perante este mecanismo, todos os eurodeputados entrevistados reconheceram que é um meio necessário, embora discordem, no seu princípio, com a artificialidade do instrumento. A esse respeito, Ilda Figueiredo defende o papel que os partidos devem ter de «pedagogia permanente» e que a quota imposta na legislação portuguesa chega a ser «discriminatória» por não estabelecer 50% (e sim 33,3%). *«Admito que, em certas circunstâncias e durante algum tempo, [as quotas] possam ser usadas como um instrumento, mas não como um princípio. [...] E a minha alternativa é a defesa de uma pedagogia da igualdade, que o próprio Estado a promova nas escolas, na comunicação social, nos diferentes níveis da administração pública [...]»*, argumenta Ilda Figueiredo.

A questão do feminismo é outro tópico pertinente na análise das entrevistas. Fruto do processo de erosão do feminismo, como categoria, devido à força disruptiva da segunda vaga do movimento social, há uma dificuldade conceptual das eurodeputadas se identificarem como

feministas. Ou seja, há sempre um elemento discursivo que afasta a identificação completa das eurodeputadas em relação a uma categoria conceptualizada de feminismo. A esse respeito, Ilda Figueiredo reconhece que *«o termo feminista, como sabemos, tem hoje conotações que nem sempre são as mais correctas. E por isso eu digo que sou feminista se ser feminista significa lutar pelos direitos das mulheres e pela igualdade de oportunidades, pela dignificação do papel da mulher na sociedade em todas as áreas, pela sua emancipação, pela sua realização profissional, social e pessoal, em todos os planos»*. Graça Carvalho tem a mesma estratégia discursiva: *«mas se chamar feminista a alguém que em todas as suas decisões tem sempre isso em consideração – a defesa das mulheres – então, serei [feminista]. Mas não me intitulo»*. Longe desta identificação, Carlos Coelho afirma, apenas, que não dá valor a rótulos.

Sobre o papel do PE nas questões de género, os eurodeputados falam tanto da falta de neutralidade da decisão política, mas também das especificidades da arquitectura organizacional europeia. Ilda Figueira argumenta que *«na política não há neutralidade. Ou se tem em conta as questões do género ou se deixa correr. E, portanto, não se muda a sociedade e mantém-se uma que não tenha em conta estas questões»*. Nesse aspecto, o PE poderá surgir como espaço privilegiado para promover a visibilidade feminina e diminuir desigualdades. *«O Parlamento tem uma agenda específica para a introdução das questões de género nas várias políticas. É um documento que está aprovado e publicado»* (Carlos Coelho). Ou, numa óptica de política externa: *«em qualquer outro país onde haja falta de liberdade ou ataques aos direitos das mulheres, o Parlamento Europeu é sempre muito atento e chama a atenção. E é um dos grandes valores da Instituição, a sua preocupação pelos direitos humanos»* (Graça Carvalho).

Ao nível de aspectos individuais realçados nas entrevistas, Carlos Coelho assume que o PE vê nas questões de género uma questão utilitária – algo que não foi sublinhado pelas eurodeputadas entrevistadas. *«A questão de género é uma questão útil para o Parlamento Europeu. Vem enriquecer a nova dimensão da Europa. [...] Portanto, a questão do género é útil e vem enriquecer a lógica da Europa das pessoas. É útil para a Europa que quer evoluir, que quer ser uma Europa dos cidadãos. Não se surpreende que o PE tenha abraçado de alma e coração esta temática e enriquecer aquilo que é uma tendência da Europa dos nossos dias»*.

Por sua vez, Ilda Figueiredo destaca os aspectos relacionados com o marxismo e a luta feminista. A eurodeputada defende a existência de dois planos de acção, o da luta pela transformação social e o da luta pelos problemas específicos das mulheres. *«Há questões dos direitos das mulheres que estão ligadas à transformação da sociedade, aos direitos dos*

trabalhadores e aos direitos humanos, em geral. E depois há questões específicas que são também direitos humanos e que dizem mais directamente respeito aos direitos das mulheres, como é este do direito à IVG». A eurodeputada afasta-se ainda do feminismo liberal, ao defender que as mulheres devem exercer os seus direitos «e lutar por eles na prática», pois «não basta consagrar na lei os direitos».

Em síntese, os tópicos abordados nas entrevistas presenciais dizem respeito aos seguintes aspectos:

- influência do género na tomada de decisão política por parte das eurodeputadas;
- género como base de alianças políticas;
- acordo sobre as desigualdades na presença política entre homens e mulheres;
- quotas como instrumento/meio, não como princípio de acção;
- falta de identificação total com o feminismo;
- ausência de neutralidade em termos de género nos dossiers políticos;
- papel do PE na promoção da visibilidade dos direitos humanos;
- utilitarismo na promoção da questão de género, por parte do PE;
- perspectiva marxista em dois planos: luta social e luta por alguns direitos específicos das mulheres. Rejeição do feminismo estritamente liberal.

Conclusões

O que é, afinal, ser mulher portuguesa no PE? Não há resposta linear a essa questão, tal como não há respostas fixas sobre a identidade de género – e a sua influência na tomada de decisão – destas eurodeputadas e eurodeputados. Advinda da perspectiva anti-essencialista do sujeito, a proliferação de vertentes do *self* e as diferentes vertentes que os processos de identidade formam – a que acresce a reflexividade do sujeito – não permitem tecer uma noção categórica para a experiência das eurodeputadas portuguesas.

Tal como notámos, no enquadramento teórico, a identidade não é categórica nem inata. Logo, a identidade de género não poderá ser, em teoria, imediatamente associada a nenhum indivíduo, seja ele do sexo masculino ou feminino. Não se pode assumir que uma eurodeputada, por ser biologicamente associada ao sexo feminino, se identifique politicamente com uma identidade de género. Caberá, a cada eurodeputada, e fruto de processos identitários e de estratégias de individuação, escolher «pertencas contextuais» e converter esses aspectos em questões políticas. Ou seja, decidir – de forma consciente ou inconsciente – desenvolver a identidade de «ser mulher» como algo relevante no seu processo de produção discursiva, num cenário de política formal.

O PE tem um papel especial na defesa e promoção das questões de género, instando a dissolução de disparidades. Ao longo da presente dissertação, foi possível dar conta do bastião de defesa dos direitos humanos que o PE e a própria União Europeia pretendem ser, internamente e nas relações com países terceiros. A decisão, dentro do PE, de incorporar o género nas políticas europeias, através da criação da comissão parlamentar dos direitos da mulher e igualdade de géneros, acaba por facilitar um reconhecimento do género como identidade politicamente relevante por parte das eurodeputadas dos vários Estados-Membros. Até por uma questão «utilitária», como sublinha o deputado Carlos Coelho (PSD), em entrevista.

A nível quantitativo, a representação feminina entre os eurodeputados portugueses eleitos para o PE é menor do que a representação masculina. Em 22 eurodeputados portugueses eleitos na actual legislatura, 14 são homens e 8 são mulheres. Ou seja, pouco mais do que um terço dos lugares são assegurados por eurodeputadas, atestando o cumprimento da quota mínima dos 33,3%. Não havendo uma paridade entre homens e mulheres no cargo de eurodeputado, pode-se também afirmar que há fortes diferenças de percursos entre ambos. As mulheres eurodeputadas

têm, em média, maiores habilitações literárias, mais idade e maior experiência dentro do PE do que os seus pares. Logo, poder-se-á concluir que as exigências para a colocação em listas elegíveis são maiores para as mulheres, confirmando as críticas feministas de que uma mulher tem que provar mais o seu valor profissional do que um homem, na esfera política. Em termos quantitativos, os partidos de extrema-esquerda, BE e PCP, asseguram uma paridade total (50%/50%) de géneros entre os seus eurodeputados. Pelo contrário, o partido mais à direita no espectro político português, o CDS-PP, tem o pior desempenho em termos de paridade, ao não eleger nenhuma eurodeputada.

No entanto, a conclusão mais relevante do presente estudo é que, existe, de facto uma identidade de género assumida pelas eurodeputadas portuguesas no PE. A análise das declarações de voto permite ressaltar esse aspecto. Muito embora o trabalho parlamentar não se resuma ao voto e às declarações de voto, a sua análise mostra-se relevante para traçar tendências nas escolhas políticas identitárias. Nesse sentido, a investigação demonstra que as referências a questões de género são mais frequentes nas declarações de voto das mulheres eurodeputadas¹¹, do que nas declarações dos homens eurodeputados.

Esse reconhecimento da identidade de género por parte das eurodeputadas é ainda confirmado pela percentagem de referências vocabulares ligadas a questões de género no total das declarações de voto. Independentemente da orientação política e do partido nacional a que estão associados, as eurodeputadas portuguesas dão maior importância a questões de género (de forma factual e rastreável, através da percentagem de referências), o que revela que o género é uma das suas escolhas de relevância política. Esta visão é também corroborada pelos depoimentos recolhidos das eurodeputadas, que assumiram uma identidade de género e uma especial predisposição para a defesa dos direitos das mulheres. Além disso, o género feminino e a defesa da paridade entre géneros surge como base de alianças informais entre as eurodeputadas.

Neste cenário, é igualmente importante salientar que a defesa dos direitos das mulheres não é colocado no mesmo plano do que ser feminista. Segundo as eurodeputadas entrevistadas, não há uma identificação total com o feminismo, algo que poderá estar relacionado com a

¹¹ No que se refere a números percentuais sobre as declarações de voto totais, e não a números absolutos. Na nossa óptica, a percentagem de declarações de voto onde questões de género são abordadas acaba por ser mais relevante do que os números absolutos das mesmas. Isto porque o número total de declarações de voto é bastante díspar e varia segundo a estratégia de visibilidade de cada eurodeputado.

descredibilização que os movimentos de segunda vaga na sociedade civil acabaram por sofrer, devido a certas posições disruptivas conjugadas com a falta de literacia sobre feminismo e enquadramento de cada uma das vagas do movimento social. Nesse sentido, o trabalho parlamentar assume uma componente de feminismo liberal, podendo igualmente inserir-se em tendências contemporâneas, mais «suavizadas» e de negociação pela reivindicação dos direitos das mulheres.

Numa perspectiva partidária, sublinhe-se o contributo da esquerda na visibilidade feminina. Além de os partidos de extrema-esquerda portugueses com assento no PE garantirem a paridade total de género entre os seus eurodeputados, há um maior contributo nas referências a questões de género nas suas declarações de voto.

Não obstante, pode concluir-se que ser eurodeputada influencia mais a maior percentagem de declarações de voto sobre questões de género, do que a orientação partidária. Exemplo disso é a discrepância desta percentagem entre a eurodeputada e o eurodeputado do PCP.

Ao nível da análise vocabular, as eurodeputadas utilizam mais palavras de particularização de questões aliadas a mulheres, no global das suas declarações de voto. Mais uma vez, esta tendência é transversal a todos os partidos com assento parlamentar no PE. A economia e o emprego são, no entanto, os vocábulos mais comuns, o que reforça a matriz fundadora da União Europeia, como aliança supranacional para questões económicas e laborais.

Em relação aos temas de género tratados nas declarações de voto, a influência do género dos eurodeputados torna-se menos relevante do que a orientação partidária. Ou seja, há um consenso em torno da falta de paridade entre homens e mulheres, especialmente no plano laboral, e em torno da necessidade de fomentar uma maior igualdade a este nível. Este acordo é partilhado tanto por eurodeputadas como por eurodeputados. Note-se, a este respeito, a visão da paridade de género como algo «politicamente correcto» na contemporaneidade.

Mesmo assim, existem temas fracturantes em termos de questões de género que separam partidos de esquerda e direita. A interrupção voluntária da gravidez é, aqui, exemplo paradigmático. Embora a sua compreensão como direito das mulheres (como o defende a esquerda, associando a IVG à liberdade sexual e reprodutiva das mulheres) possa ser problematizada, a IVG acaba por ser uma temática de género, já que assume contornos específicos para as mulheres. E, neste sentido, há uma efectiva bipolarização entre os partidos de

esquerda, que louvam nas declarações de voto a IVG como política de consagração dos direitos das mulheres; e os partidos de direita, que recusam esta visão e acabam por não votar relatórios onde haja referência à possibilidade de IVG, mesmo que concordem com o restante conteúdo político – frequentemente sobre paridade de género – dos documentos. A rejeição explícita das quotas para representação mínima do género é outro dos pontos que separa a direita, enquanto a esquerda prefere não salientar este mecanismo nas declarações de voto.

Note-se a maior facilidade de dar visibilidade às questões de género em datas temáticas. Grande parte das declarações de voto oficiais sobre disparidades entre homens e mulheres foram feitas em contexto do Dia Internacional da Mulher, tanto no caso das eurodeputadas, como dos eurodeputados.

Desta feita, poder-se-á concluir que a identidade de género assumida pelas eurodeputadas é mais facilmente reconhecida, de forma pública, em datas que o «justifiquem». Esta tendência resultará das estratégias de visibilidade política definidas por cada uma destas mulheres.

Por fim, de sublinhar que, em todas as declarações de voto, não há referências à sub-participação feminina na política europeia. Muito embora esse aspecto seja sublinhado nas entrevistas com os eurodeputados, há uma ausência de estratégia das eurodeputadas – e eurodeputados – em destacar esta questão nas declarações de voto. Trata-se de uma inexistência de auto-crítica em relação ao meio onde estão inseridos. Há, portanto, um espaço vazio entre o reconhecimento da desigualdade de género na política europeia, em termos quantitativos, e a promoção para uma mudança dentro do próprio Parlamento. A identidade de género assumida não é suficiente, por isso, para dar maior visibilidade à falta de paridade no cenário da política formal – embora essa visibilidade seja dada a desigualdades nas questões económicas e laborais.

BIBLIOGRAFIA

Amâncio, L. (1994). *A Construção Social da Diferença*. Porto: Edições Afrontamento.

Baum, M., & Espírito-Santo, A. (2007). As desigualdades de género na participação política em Portugal: uma perspectiva longitudinal. Em A. Freire, M. C. Lobo, & P. Magalhães (Eds.), *Eleições e Cultura Política*. Lisboa: ICS.

Bernheim, C. et al (2009). *Mouvement de Libération des Femmes: textes premiers*. Paris: Stock.

Butler, J. (1988). Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. *Theatre Journal*, Vol. 40(4), pp. 519-531.

Esteves, A., & Bismarck Coelho, F. (2011). Em C. Coelho (Ed.), *Novo Dicionário de Termos Europeus*. Lisboa: Aletheia.

Costa, C. A. (2007). *O CDS-PP-PP no contexto da Nova Direita Europeia: uma nova via para o poder* (Dissertação para obtenção de grau de Mestre). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

Damásio, A. (2011). *O Erro de Descartes*. Lisboa: Temas e Debates.

Davis, R. H. (1997). *Women and Power in Parliamentary Democracies - cabinet appointments in Western Europe, 1968-1992*. Nebraska: University of Nebraska Press.

De Beauvoir, S. (2008). *Le Deuxième Sexe* (Vol. 2). Paris: Gallimard.

Esteves, J. P. (2008). *Comunicação e Identidades Sociais*. Lisboa: Livros Horizonte.

Footitt, H. (2002). *Women, Europe and the New Languages of Politics*. London: Continuum.

Foucault, M. (2002). *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Freire, A. (2006). *Esquerda e Direita na Política Europeia: Portugal, Espanha e Grécia em Perspectiva Comparada*. Lisboa: ICS.

Giddens, A. (1997). *Modernidade e Identidade Pessoal* (2nd ed.). Oeiras: Celta.

Giddens, A. (2010). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Habermas, J. (1991). *The structural Transformation of the Public Sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*. Massachusetts: MIT Press.

Lipovetsky, G. (2000). *A Terceira Mulher - Permanência e Revolução do Feminino*. Lisboa: Instituto Piaget.

Lisboa, M. et al. (s.d.). Participação das Mulheres nas Elites Políticas e Económicas no Portugal Democrático (25 de Abril de 1974). *Revista Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, (17).

- Lobo, M. C. (2007). Partidos e líderes: organização partidária e voto no contexto europeu. Em A. Freire, M. C. Lobo, & P. Magalhães (Eds.), *Eleições e Cultura Política*. Lisboa: ICS.
- Magalhães, M. J. (1998). Feminismo de 2ª Vaga - existiu ou não em Portugal? *Apresentada em Movimento Feminista em Portugal*, Lisboa.
- Martins, M. M., & Teixeira, C. P. (2005). *O Funcionamento dos Partidos e a Participação das Mulheres na Vida Política e Partidária em Portugal*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Navailh, F. (1995). O Modelo Soviético. Em G. Duby & M. Perrot (Eds.), *O Século XX*, História das Mulheres no Ocidente (Vol. 5). Porto: Edições Afrontamento.
- Nogueira, C. (2001). *Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Género*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Perelman, C. (1999). *O Império Retórico* (2nd ed.). Porto: Edições Asa.
- Pintassilgo, M. de L. (1981). Em C. Nogueira, *Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Género*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rego, M. do C. C. (2009). Reflexões Breves sobre Liderança. Em E. Macedo & M. de Koning (Eds.), *Reinventando Lideranças - Género, Educação e Poder*. Porto: Fundação Cuidar O Futuro & Livpsic.
- Ruiz Jiménez, A. M. (2009). Women and decision-making in Portugal and Spain. *Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, Vol. XLIV.
- Silveirinha, M. J. (2004a). *Identidades, Media e Política - O Espaço Comunicacional nas Democracias Liberais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Silveirinha, M. J. (2004b). *As Mulheres e os Media*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Sousa e Silva, M. de F. (1986). *Políticos e Mulheres na Comédia Grega*. Faculdade de Letras do Porto.
- Tavares, M. (2009). Feminismos - Percursos e Desafios. *Apresentada em Ágora*, el debate peninsular, Cáceres.
- Tavares, M. et al. (2009). Feminismo(s) e Marxismo: um casamento “mal sucedido”? - os novos desafios para uma corrente política de esquerda dos feminismos. *Vírus*.
- Thébaud, F. (1995). In G. Duby & M. Perrot (Eds.), *O Século XX*, História das Mulheres no Ocidente (Vol. 5, pp. 9-29). Porto: Edições Afrontamento.
- Viegas, J. M. L. V., & Faria, S. (1999). *As Mulheres na Política*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Outras referências consultadas

Sítio oficial da União Inter-Parlamentar: www.ipu.org

Sítio oficial do Parlamento Europeu: www.europarl.europa.eu

Biografia de Louise Weiss: www.louise-weiss.org

Sítio da Fundação Cuidar o Futuro: <http://www.arquivopintasilgo.pt>